



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1527/12	DATA: 20/11/2012
INÍCIO: 14h15min	TÉRMINO: 16h50min	DURAÇÃO: 02h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h35min	PÁGINAS: 54	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia.
JOÃO AKIRA OMOTO - Procurador da República no Município de Londrina-PR.
MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
ALESSANDRA CARDOSO - Assessora do INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos.
BRENT MILLIKAN - Diretor da ONG Amazônia International Rivers.
ANTÔNIO ESCRIVÃO FILHO - Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos.

SUMÁRIO: Debate sobre as hidrelétricas e as unidades de conservação na Amazônia - o caso da Usina Tapajós, no Pará.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, destinada a debater o tema *As hidrelétricas e as unidades de conservação na Amazônia — o caso da Usina Tapajós, no Pará.*

Boa tarde, senhoras e senhores.

O requerimento de realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que esta reunião está sendo transmitida ao vivo por meio da Internet e está sendo gravada pela *TV Câmara*, para ser exibida posteriormente pela emissora.

Convido a fazer parte da Mesa os expositores: Sr. Francisco Romário Wojcicki, Secretário-Executivo-Adjunto do Ministério de Minas e Energia, representando o Ministro Lobão (*pausa*); Sr. João Akira, Procurador da República no Município de Londrina (*pausa*); Sr. Marcelo Marcelino de Oliveira, Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade — ICMBIO (*pausa*); Sra. Alessandra Cardoso, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC (*pausa*); e Sr. Brent Millikan, Diretor da ONG International Rivers.

Agradeço a todos a presença.

É importante que esta Casa Legislativa tenha conhecimento aprofundado da questão das hidroelétricas e das unidades de conservação e suas relações com o bioma mais precioso que nós temos da terra, acredito eu, que é a Amazônia, não só pelos serviços ambientais que ela presta no sentido de reter gases do efeito estufa, de fornecer água, propiciar chuva para imensas regiões do nosso País e do mundo, mas também por ser um berçário de novidades, de possibilidades de cura, de remédios, de cosméticos. Nós o estamos destruindo antes mesmo de conhecê-lo.

Vamos dar início às exposições. O tempo de cada expositor será de até 15 minutos. Nós vamos avisar quando faltarem 3 minutos. Tentaremos manter o tempo regimental, porque são cinco oradores e existe a possibilidade de haver Ordem do Dia no plenário da Casa. Nesse caso, seremos obrigados a interromper esta reunião.

Sendo assim, passo imediatamente a palavra ao representante do Ministro Edison Lobão, o Sr. Francisco Romário Wojcicki, Secretario-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, que dispõe de 15 minutos.



O SR. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Sarney Filho, e agradecer-lhe a oportunidade de o Ministério de Minas e Energia aqui comparecer e apresentar esses importantes empreendimentos hidrelétricos voltados para a Amazônia.

Aos meus companheiros de apresentação, a Dra. Alessandra, o Dr. João Akira, o Dr. Brent, e o Dr. Marcelino, a minha saudação.

Cumprimento os demais presentes.

Início minha apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nesta primeira tela, conto um pouco da história da eletricidade, que se inicia em 1883 no Brasil, com a instalação da primeira central hidrelétrica em Diamantina, no Ribeirão do Inferno, afluente do Jequitinhonha, e de uma linha de transmissão de 2 quilômetros. Assim começa a história da hidroeletricidade no País.

Entre 1883 e 1900, a capacidade de geração se multiplicou por 178 vezes, saindo de 61 quilowatts para 10 mil quilowatts, dos quais 53% já eram de origem hidráulica. Entre 1907 e 1920, o potencial hidráulico foi ampliado em 600%. Fora do eixo Rio-São Paulo, em 1903, Delmiro Gouveia fazia a Hidrelétrica de Angiquinho.

Podemos ver nesta imagem a distribuição atual. Das 202 hidrelétricas em operação, são 81.966 megawatts que abastecem o nosso País. Há 11 hidrelétricas em construção. Aqui, Santo Antônio e Jirau, Belo Monte, enfim, todas as construções.

Percebe-se que a Região Amazônica representa, neste momento, uma vez esgotados os nossos potenciais economicamente viáveis nas regiões do País, uma nova fronteira. É a fronteira da Amazônia.

Os empreendimentos em que efetivamente estamos trabalhando. Menciono as usinas planejadas na fronteira da Amazônia e as usinas em implantação — nesta imagem, as planejadas estão representadas em vermelho. Aqui já se percebe que existe toda uma área de interconexão, ou de intercessão, com proteção integral e sustentável em terra indígena. Seria essa, então, a nossa fronteira com base no eixo Tapajós, Teles Pires e Juruena.



Destaco nesta tela os passos para a implantação das hidrelétricas. São 2 anos de estudos, na parte do inventário. Vou estudar as bacias dos rios e, ali, vou achar os melhores potenciais, os melhores barramentos. Existe um trabalho de 2 anos, com reuniões com a comunidade, discussões, conversas, justamente sobre essa parte da avaliação.

Nesse estágio, vários estudos são realizados, sobre ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres, modos de vida, organização territorial, base econômica da região, população tradicional, população indígena, custo unitário de referências e barramentos, questões energéticas, georreferenciamento, seleção de melhores opções. Faz-se ainda uma avaliação ambiental integrada da bacia que se está analisando.

Esse é o primeiro estágio, o de inventário, que dura até 2 anos.

O segundo passo: a fase de viabilidade. Uma vez identificados os melhores aproveitamentos economicamente viáveis e ambientalmente possíveis, parte-se então para um estudo de viabilidade, que é uma avaliação mais técnica e econômica, de modo a dar um *zoom* nos aproveitamentos. Aparecem, então, o EIA-RIMA, os estudos antropológicos, a parte de comunicação, seguida das audiências públicas, oitiva da área indígena, quando efetivamente ela ocorre. Esse período dura de 2 a 3 anos. Uma vez obtida a licença, meio ano por leilão, 1 ano para o projeto básico, 4 anos para a construção e 50 anos de operação.

Alguns impactos positivos. Na realidade, conhece-se fonte limpa, renovável e sustentável. São aproximadamente 100 anos. Pesquisando-se os decretos, sabe-se que Rodrigues Alves editou um decreto em 1904, que autorizou concessões de até 90 anos no caso de hidroeletricidade. Vejam que, naquela época, as hidroeletricidades já duravam 90 anos. A expectativa de uma hidrelétrica é de 100 anos.

A regularização da vazão dos rios é outro importante benefício. Execução de programas socioambientais. Ocorre a presença do Estado toda vez que uma hidrelétrica é instalada no local. Há aumento da arrecadação de impostos e elevação do IDH. No regime de concessão, há reversão de bens ao término dos contratos, em prol da modicidade tarifária, assunto que está sendo tratado neste momento pela Medida Provisória nº 579.



Nesta tela, mostro como é o regime dos rios amazônicos. Vejam que existe uma concentração de vazão nos meses de novembro, dezembro, janeiro, até o início de junho, julho. Depois, naturalmente, com ou sem hidrelétrica, esse é o regime de vazão dos rios amazônicos. Na realidade, o que se faz é tirar o máximo. Uma vez atendidos e instalados todos os requisitos da hidrelétrica, ocasião em que ela efetivamente tem as suas condições de LP, vamos então aproveitar esse regime de águas de modo a obter o máximo rendimento da vazão.

Uma coisa interessante é que se consegue por cerca de 2 meses gerar muito nessa região e poupar os reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Essa é mais uma característica técnica. Falo considerando o aproveitamento do empreendimento na Região Amazônica.

Nesta transparência mostro aos senhores que não é possível, nos rios amazônicos, fazer hidrelétricas com grandes reservatórios. Não se consegue volume de espera, porque são rios de baixas quedas. Seriam muitos e muitos quilômetros de extensão. Ao contrário do que se lê nos jornais, não é possível fazer reservas. Nessa geografia que aparece lá, é preciso ter vazão, acúmulo de 1 metro e meio ou meio metro. Portanto, não é possível conviver com esse tipo de hidrelétrica com regularização.

Agora, pode-se conviver com hidrelétrica de máxima cheia. É o que está acontecendo. O volume anual de chuva sempre tem uma cota de cheia, e eu trabalho com a cota de cheia, não estou fazendo nenhuma reserva de água, nem nada, simplesmente estou controlando e gerando, o que chega sai, não há tempo de resiliência, o que chega de água sai. Obviamente, quando não há água, no período de seca, não há como gerar. Há uma vazão mínima, uma vazão sanitária, que é aquela que mostrei no gráfico anterior, com a qual o rio colabora sem a instalação da hidrelétrica.

Aqui, eu mostro basicamente o Tapajós, o Teles Pires e o Juruena. Eu queria destacar que os estudos que se fazem nessa área, na Bacia do Tapajós, têm relação com a Portaria nº 1.358, de setembro de 1986, que autoriza a ELETRONORTE a proceder aos estudos dos recursos hidráulicos da Bacia do Tapajós. Portanto, os estudos se iniciam em 1986 e se concentram na Bacia do Tapajós.



O inventário aprovado data de 2009, feito com a ELETRONORTE. A ELETROBRAS está realizando a avaliação ambiental integrada. Está confirmado. Obviamente, ela o está fazendo. O inventário do Teles Pires, então, é de 2006. Já há duas usinas em construção, Teles Pires e Colider. Estão concluídas as unidades de São Manoel, Sinop e Foz do Apiacás, sendo que Sinop vai ter lugar nesse leilão no próximo dia 15 de dezembro.

Estamos também com avaliação ambiental concluída pela EPE em 2010 no que diz respeito a Teles Pires.

No que se refere a Juruena, a data do inventário foi aprovada em 2011, feito pela EPE e concluído em 2010.

Nesse eslaide, mostro a concentração dos aproveitamentos nessa região, desde os aproveitamentos que chamo de menores. Na realidade, estamos falando de 150 megawatts — não são tão pequenos assim —, na cabeceira dos rios. São aproveitamentos entre 190 e 500 megawatts. São esses representados em amarelo. Depois, os aproveitamentos de 700, 1.400 e 3.000.

Aqui, vemos Tapajós, Jatobá, Chacorão, Salto Augusto, São Simão. Está tudo nessa região que está sendo objeto de estudos. Elas estão numeradas. Eu coloquei ao lado os números.

O estágio em que elas estão. Muitas já estão com o inventário concluído; outras, com o projeto básico; outras ainda, na fase de viabilidade. Enfim, isso está de acordo com o PDE 2021, do Ministério.

Trago esta tela para mostrar que 24 empreendimentos estão em terras indígenas e 7 empreendimentos estão em unidades de conservação. Já vemos que existe um trabalho a ser feito, uma oportunidade a ser vencida. Com nossa criatividade, temos que buscar alguma solução, se é que vamos encontrá-la. Precisamos fazer com que o aproveitamento da hidroeletricidade conviva com unidades de conservação e terras indígenas.

Cito a dissertação de mestrado de Márcio Pereira Zimmermann, nosso Secretário-Executivo. Em 2007, em sua dissertação, ele trabalhou basicamente os projetos da Amazônia. Grande parte desse potencial localizado lá precisava ter projetos evoluídos que não só considerassem os aspectos técnicos, mas também que minimizassem os impactos ambientais.



Naquela época, em 2007, os conceitos que ele desenvolveu são da usina-plataforma, que estamos trabalhando — os senhores devem estar acompanhando isso nos jornais. Vou detalhar um pouco o avanço em que estamos neste momento, em que a Amazônia se apresenta como nova fronteira.

Nesse sentido, estamos estudando alternativas de construção de hidrelétricas, preservando-se ainda mais o meio ambiente. O estudo está sendo conduzido pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica — CEPEL, juntamente com o Banco Mundial e um grupo de especialistas nacionais e internacionais. Estamos modelando o empreendimento de modo a inserir a hidrelétrica em áreas protegidas, buscando-se ainda mais a preservação ambiental.

Essa metodologia é o final das discussões e vai integrar o manual de inventário que já existe — o manual foi revisado em 2007.

Aqui, uma definição do que é usina-plataforma. Estamos trabalhando nesse sentido. Consiste em uma metodologia de planejar, projetar, construir e operar uma hidrelétrica ou um conjunto de hidrelétricas situadas em espaços territoriais legalmente protegidos ou aptos a receber proteção formal em áreas com baixa ou nenhuma ação antrópica, de modo que sua implementação se constitua num vetor de conservação ambiental permanente. A ideia é inserir a hidroeletricidade lá e preservar a área, considerar toda a região como um grande parque.

Encontrar-se com o atual projeto de hidrelétricas é um foco voltado a um programa de desenvolvimento sustentável para a região aonde a eletricidade vai. A ideia agora é que as usinas do tipo plataforma sejam âncoras de conservação ambiental permanente onde elas serão implantadas.

Continuidade de conservação do meio ambiente na área do entorno do reservatório. Essa é uma atividade de caráter permanente, viabilizando a proteção e evitando a ação humana predatória.

Aumento da eficácia da manutenção dos espaços de conservação do entorno do reservatório. Ou seja, realmente proteger, fazer com esse trabalho inclusive seja do empreendedor.

Aqui, mostra-se rapidamente o que é a ideia. Basicamente, é identificado um barramento. Vai-se fazer um desmatamento cirúrgico, ou seja, vai ser trabalhada somente a área que será impactada, serão minimizados os impactos de



alojamentos, canteiros e outros elementos da infraestrutura de apoio. Além de compactos, deverão se localizar preferencialmente dentro da área do reservatório. Não vai haver, portanto, a criação de cidades, de nada. Vai ser construído algo que, de fato, vai ficar dentro da área de trabalho.

Serão feitos trabalhos por turno. A ideia é de que seja 21 por 21 ou alguma coisa assim. Os trabalhadores estão localizados aqui e trabalharão dentro deste espaço. As cidades serão as cidades-bases. Não serão mais feitas cidades de apoio. Uma cidade-base servirá para a logística de transporte, de materiais e de equipamentos, sempre com a visão de impacto restrito à área de implantação. Será restrito o impacto somente à área física do empreendimento, evitando-se o surgimento de vilas e cidades. Isso também será feito após o término do empreendimento. Nada mais haverá ali, não haverá ninguém, só a usina, o telecontrole e, quiçá, os operadores.

A conservação do meio ambiente circundante será uma atividade de caráter permanente, viabilizando-se a proteção das áreas que poderiam ser submetidas a ação humana descontrolada.

As cidades próximas ao empreendimento serão as cidades-bases, onde haverá um plano de sustentabilidade, para se levar educação, saneamento e fazer com que as bases fiquem na cidade de apoio e não nas proximidades do local onde será feita a usina. Depois, ao final, ela vai se recompor. Na hora da operação, a usina vai ficar ali inserida. Vai haver telecomando e teleassistência. Pode não haver 100% da presença das pessoas.

Nós estamos trabalhando esse conceito das chamadas rotas tecnológicas da hidroeletricidade com a Agência Internacional de Energia e com o Ministério de Minas e Energia. Foi lançado em outubro, na Agência Internacional, e será lançado no Brasil, no dia 18 de dezembro, no Ministério de Minas e Energia, o Technology Roadmap. Considera-se, com esse conceito, o que o Brasil está desenvolvendo em âmbito mundial, coordenado pela Agência, aplicado na África e também na América Central.

Este é o último eslaide, Sr. Presidente. Veja que eles estão discutindo conosco esse conceito. Nós estamos montando essa forma. Basicamente, a Agência já tem trabalhado conosco e entende que, entre 2035 e 2050, essa vai ser a



forma de efetivamente se produzir hidroeletricidade de modo sustentável, ou seja, inserindo-se a hidrelétrica em unidades de conservação, parques, terras indígenas.

Era o que eu tinha a dizer, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Sr. Francisco Romário.

Registro a presença do Deputado Penna, Presidente nacional do Partido Verde e Vice-Presidente desta Comissão.

Concedo a palavra ao Procurador da República João Akira, que dispõe de 15 minutos.

O SR. JOÃO AKIRA OMOTO - Boa tarde a todos.

Deputado Sarney Filho, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, parece-me que é bastante oportuno o momento para se fazer um debate sobre a expansão do setor elétrico e o avanço sobre as fronteiras da Amazônia.

Eu sou Procurador da República no Estado do Paraná. Muitos dos senhores devem estar se perguntando por que um Procurador da República no Estado do Paraná está aqui falando sobre empreendimentos da Amazônia. Primeiro, porque a Dra. Deborah Duprat, convidada a estar presente, não pôde comparecer, assim como os Procuradores naturalmente responsáveis pelos casos que estão aqui hoje sob avaliação e debate. Como eu coordeno, no âmbito da 4ª Câmara do Ministério Público Federal, o Grupo de Trabalho de Licenciamento de Grandes Empreendimentos e integrei também uma Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que apurou violações de direitos de atingidos por barragens, a Dra. Deborah Duprat designou-me para me fazer presente, a fim de representá-la. Eu aqui estou, então, para tecer algumas considerações sobre o tema. Obviamente, não conheço detalhes dos casos envolvidos, especialmente o da Usina de São Luiz do Tapajós, mas, em linhas gerais, acho que poderemos apresentar aqui algumas considerações.

Primeiro, eu acho importante salientar a abordagem que o Ministério Público Federal vem fazendo nessa questão de grandes projetos de desenvolvimento, especialmente no caso de implantação de usinas hidrelétricas.



Cumpre-nos dizer que nós não enxergamos a questão desses projetos de desenvolvimento única e exclusivamente do ponto de vista do Direito Ambiental e das questões de meio ambiente natural, mas também do ponto de vista das questões sociais e culturais envolvidas, dos grupos tradicionais, das populações indígenas. A implantação desses empreendimentos precisa ser vista dessa forma, de maneira integrada. A nossa atuação, portanto, sempre se pauta por essa visão de interdependência e indivisibilidade dos direitos envolvidos, que são, obviamente, direitos fundamentais, direitos humanos.

O fato é que, na nossa experiência, enquanto membro do Ministério Público, temos constatado que todos os projetos, especialmente os de implantação de usinas hidrelétricas, geram inúmeros problemas. Na verdade, a geração de energia só ocorre por um desequilíbrio ambiental e pela ocorrência de inúmeros impactos que não são adequadamente identificados, tratados e compensados no momento oportuno, no curso do processo de implantação, o que gera passivos de natureza socioambiental, que são normalmente trazidos ao Ministério Público Federal por meio de representações. A população atingida nos procura, ONGs e ambientalistas nos procuram para que possamos dar tratamento a essas questões.

Por conta disso, fazemos, de fato, inúmeras intervenções nesses processos, porque é papel do Ministério Público atuar na defesa dos direitos da sociedade como um todo. Temos um papel relevante, e está constitucionalmente determinada a nossa atuação.

Percebemos, no entanto, que as nossas intervenções se iniciam a partir do momento em que há decisão para a implantação desses projetos. Em muitas situações, os projetos já estão em operação, gerando seus nefastos efeitos. E temos que lidar com eles. A decisão já foi tomada, o estudo de impacto já foi realizado, muitas vezes o processo de licenciamento já está em curso, e com algumas licenças já concedidas.

A nossa intervenção nesse contexto tem demonstrado que é tardia, porque as violações, muitas vezes, já estão consolidadas. Então, parece-nos que é necessário — temos caminhado neste sentido — ampliar, de fato, os espaços de participação nas fases anteriores ao processo de licenciamento, à tomada de decisão propriamente dita.



Sendo assim, digo que é muito oportuna a realização desta audiência pública, porque esta é a Casa do debate democrático e é necessário que passemos a ampliar esse debate em todos os fóruns, especialmente aqui, onde decisões importantes são tomadas para toda a sociedade brasileira.

Nas usinas do Rio Tapajós, está acontecendo a mesma coisa, é uma história que se repete. Há algumas ações administrativas, intervenções nos espaços ali estabelecidos como prioritários para a implantação de usinas, que já estão no mesmo caminho de algumas ilegalidades, inconstitucionalidades. E nós estamos procurando corrigi-las.

Nós já temos ação civil pública ajuizada na Seção Judiciária de Santarém e ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. A ação civil pública ataca duas questões básicas, que dizem respeito à presença de um número considerável de comunidades indígenas que, juntamente com as unidades de conservação da região, formam um importante mosaico para a conservação da biodiversidade, e foram desconsiderados em muitos aspectos no contexto do planejamento da implantação dessas usinas.

Existe a questão da ausência de um planejamento ambiental para essas intervenções. Não há Avaliação Ambiental Integrada. Ela agora está em curso, como foi dito ainda há pouco pelo Secretário-Executivo-Adjunto do Ministério de Minas e Energia, Francisco Romário. E tão pouco se fala na Avaliação Ambiental Estratégica, que seria um instrumento mais adequado para avaliar tamanha intervenção que se propõe para um ambiente tão caro nos dias atuais.

A questão é que o estudo de inventário, por exemplo, que já identificou um número bastante significativo de usinas hidrelétricas, é feito sem consulta pública, sem consultas às comunidades indígenas afetadas, desrespeitando-se a Convenção 169 da OIT. Essa convenção exige que, no caso de toda ação administrativa, toda intervenção com vistas à formulação de políticas, projetos e desenvolvimento que afetem populações indígenas ou comunidades tradicionais afetadas, haja essa breve consulta, e que ela seja informada.

Também não há, portanto, a avaliação de cumulatividade de sinergia desses diversos empreendimentos ali previstos.



A Medida Provisória nº 542 foi reeditada por meio da MP 558, de 5 de janeiro de 2012, convertida na Lei nº 12.678, de 25 de junho deste ano, que reduz sete unidades de conservação, justificando a necessidade de destinação dessas áreas para alagamento pelas usinas hidrelétricas e atividades de mineração.

Houve, então, a proposta da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.717, com dois fundamentos principais. Há ofensa ao princípio da reserva legal, já que, segundo os termos do art. 225, § 1º, III, da Constituição, alteração e supressão de unidades de conservação exigem lei formal. Inclusive, já há precedentes de decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADI 3.540, do Distrito Federal, no mesmo sentido.

O Prof. Paulo Affonso Leme Machado, que é um doutrinador na área de Direito Ambiental, é muito enfático no que diz respeito à necessidade de lei formal para a redução de unidades de conservação, na medida em que é necessário um amplo debate democrático para que isso seja realizado. O prazo exíguo para conversão de medida provisória, 120 dias, essa pressão impede, de fato, que a sociedade possa se organizar para fazer um debate qualificado e amadurecer essa questão. Se, em algum momento, essas unidades de conservação foram criadas, esse debate foi realizado. É necessário, para que haja a desafetação dessas áreas, que esse debate seja, no mínimo, mais amplo ainda do que foi para sua criação.

Outro forte argumento trazido pelo nosso Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal. A lei já determinou a desafetação dessas áreas antes mesmo que houvesse a Avaliação de Impacto Ambiental e a Avaliação da Viabilidade Ambiental desses empreendimentos. Um Estudo de Impacto Ambiental e um processo de licenciamento ambiental é que devem determinar a extensão dessas áreas. Mencione-se, inclusive, a avaliação de alternativas técnicas e locacionais, podendo haver até a redução da cota. A cota pode ser mais baixa e evitar o alagamento dessas áreas, como medida razoável do ponto de vista de conservação ambiental. A própria troca do eixo de construção dessa barragem pode ser determinada no âmbito do licenciamento ambiental e, conseqüentemente, também alterar a afetação dessas áreas e o alagamento delas pelas usinas hidrelétricas.

Na verdade, essa lei é absolutamente temerária, porque é o licenciamento ambiental que deveria trazer as questões técnicas, considerando as áreas que, de



fato, deveriam ser desafetadas. Há uma inversão, portanto, com grave prejuízo para a segurança socioambiental da região.

Colocadas essas questões, é necessário que façamos uma reflexão rápida sobre uma questão de fundo que vai muito além do projeto hidrelétrico Usina São Luiz do Tapajós ou de quantos forem os projetos previstos para a expansão na Amazônia. Parece-me que nós temos aqui uma questão de fundo, que é essencial, pois diz respeito ao próprio processo de desenvolvimento e de crescimento, vamos dizer assim, econômico que o Brasil está vivendo e a sua contraface, que diz respeito à necessidade de aprofundamento da nossa democracia, do debate em si em relação a esse processo de crescimento.

Na verdade, estamos vivendo a reedição de planos de crescimento que vêm desde a década de 50, na era JK, com o famoso Plano de Metas cujo *slogan* era "50 anos em 5", passando pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento das décadas de 60 e 70. Hoje temos a reedição, então, de um Plano de Aceleração de Crescimento, que obviamente vem sendo aplaudido pela maioria da população e parece que é bastante desejado, mas que carece de um aprofundamento, um debate no que diz respeito às suas decisões de base, às suas decisões de implantação e de promoção de inúmeros impactos que são irreversíveis.

Nesse sentido, nós temos um trabalho com uma teórica do Direito ao Desenvolvimento, Melina Girardi Fachin, que diz que desenvolvimento diz respeito à participação na vida social, econômica, cultural e política por meio de processo com abertura democrática suficiente a permitir uma existência autodeterminada e digna. É disso que nós estamos falando, ou seja, da necessidade de abirmos esse processo para a efetiva participação da sociedade na tomada de decisão quanto aos rumos do processo de crescimento econômico do País.

O relatório do PNUD, de 2002, diz o seguinte:

"A política é importante para o desenvolvimento humano porque as pessoas de toda parte querem ser livres de determinar os seus destinos, de exprimir os seus pontos de vista e de participar nas decisões que moldam as suas vidas."



E isso está sendo negado a muitos grupos que fazem parte da sociedade nacional.

Na verdade, o que está acontecendo é que, sem participação, qualquer projeto passa a ser questionado. Não importa se ele é na Amazônia, se é no Sul, se é hidrelétrico ou eólico, porque, na verdade, da mesma maneira que o um grupo indígena não quer conviver com uma usina hidrelétrica no seu quintal, uma comunidade urbana também tem dificuldade de conviver com um parque eólico.

Então, a questão diz respeito à própria tomada de decisão e, num contexto de não participação, o que se passa a questionar é a legitimidade dessas decisões. Parece-nos que o embate democracia e desenvolvimento se faz fundamental.

O fato é que os Estados efetivamente democráticos são reconhecidos não pelos consensos das suas maiorias, mas pela maneira como tratam os seus grupos minoritários. É disso que faz um Estado efetivamente ser reconhecido como democrático.

Então, esse debate nos parece que começa muito bem, mas começa um pouco tardio. Nós precisamos antecipar esse debate para as fases anteriores à decisão e não chegar aqui simplesmente para avaliar ou discutir um projeto que já está com uma unidade de conservação ou algumas áreas reduzidas; mas, sim, se queremos esse empreendimento e, se não queremos, quais são as alternativas que a sociedade tem para de fato continuar a desenvolver-se.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Procurador, pelas muitas ideias aqui por V.Exa. apresentadas.

Vamos agora passar ao terceiro expositor. Quando acabarmos todas as exposições, vamos ter as perguntas, primeiro, de minha parte, que sou autor do requerimento, e depois dos Deputados presentes. E se houver tempo ainda vamos abrir para perguntas, umas três ou quatro perguntas de inscritos que estejam presentes. Mas só se houver tempo hábil.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Marcelino de Oliveira, Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento do ICMBio.

Então, para aqueles que desejarem, podemos apagar a luz para melhor apresentação das projeções. *(Pausa.)*



O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Sarney Filho e, em nome do Deputado, todos os palestrantes e as demais autoridades presentes nesta plenária.

Este é um assunto complexo que suscita vários debates. Eu acho que aqui a gente apenas começa uma discussão.

Eu trouxe para apresentação a questão da Lei nº 12.678, porque entendo que ela é central no assunto e representa, entre outros aspectos, a conclusão de negociações que duraram pelo menos 3 anos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como já foi dito antes, essa lei altera os limites de certas unidades de conservação, mas, na verdade, ela altera os limites de 8 unidades de conservação. Aproveitou-se a lei para fazer alguns ajustes que não têm necessariamente relação com os empreendimentos hidrelétricos. Nós temos 5 unidades de conservação que tiveram os seus limites alterados em função unicamente dos empreendimentos hidrelétricos, ou seja, os aproveitamentos de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Tabajara, Santo Antônio e Jirau, e duas unidades de conservação que tiveram tanto os limites alterados em função dos empreendimentos hidrelétricos quanto em função de solução de outros conflitos sociais. E, por fim, a FLONA Tapajós, pois aproveitou-se a lei para fazer um ajuste — e não vou entrar em muitos detalhes porque este não é o assunto aqui em pauta.

Começando pela primeira unidade de conservação, que é o Parque Nacional da Amazônia, trata-se de área criada em 1974 que sofreu a primeira alteração de limites em 1985. Naquele ano ele chegou a ter 955 mil hectares. Em 2006, a área sofreu uma ampliação bem considerável, quase 200 mil hectares, passando a ter 1 milhão e 111 mil hectares.

Essa área mais ao sul foi desafetada em função do aproveitamento hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, 18 mil e 800 hectares, que correspondem a 1.6 do total.

Nessa lei aproveitou-se também para corrigir um erro histórico no processo de criação que culminou em conflitos sociais envolvendo quase 300 famílias. Então, desafetou-se essa área de 22 mil hectares na Região Sudeste. E nessa alteração de



limites aproveitou-se também para fazer uma pequena ampliação de 800 hectares na parte mais ao norte.

Então, no total, o Parque Nacional da Amazônia teve uma redução de 41 mil hectares, o que representa 3.6% da área que ele tinha em 2006.

Outras duas áreas bastante afetadas foram as Florestas Nacionais de Itaituba I e Itaituba II. Foram unidades criadas em 1998, as duas com mais ou menos em torno de 300 mil hectares. Essa área na região oeste da FLONA Itaituba I foi desafetada em função do aproveitamento potencial que seria o de Jatobá. Trata-se de uma área de 7.705 hectares, que dá em torno de 2.5% da área. Então, houve uma pequena redução de 2.5%, passando de 308 mil hectares para 300 mil hectares a área da FLONA Itaituba I.

A FLONA Itaituba II teve uma redução muito mais expressiva, quase 8% da sua área. Foram retirados 28 mil hectares em função do possível lago artificial resultante do aproveitamento de São Luiz do Tapajós. Então, ela passou de 360 mil hectares para 331 mil hectares no total.

É interessante colocar que área de proteção ambiental, normalmente, não é uma categoria que ensejasse conflito com esse empreendimento. A questão da desafetação desse trecho de 19 mil hectares, que dá em torno de 0,9% da área, deu-se em função de que essa gleba utilizada no polígono da área é da União e o decreto da APA proíbe qualquer tipo de uso dessa área que não seja a conservação. Então, necessariamente, teve que haver a retirada desse trecho na unidade. No fim, a unidade passou de 2 milhões e 60 mil hectares para 2 milhões e 40 mil hectares.

A outra área que teve um pequeno trecho retirado foi a FLONA de Crepori, trecho bem ao norte, bem reduzido, com menos de mil hectares. Possivelmente, com o dispositivo que está previsto na Lei nº 12.678, essa área deve retornar para a unidade de conservação, porque é bem possível que ela não seja de fato afetada pelo reservatório. De qualquer maneira, houve uma redução de 428 mil hectares para 427 mil hectares.

Esse é o Parque Nacional de Mapinguari, que foi criado em 2008, com 1 milhão e 500 mil hectares e que, em 2010, teve uma ampliação em torno de mais de 200 mil hectares de ampliação. Ao ocorrer essa ampliação, esse trecho aqui acabou encostando e sobrepondo-se ao lago artificial da Usina de Santo Antônio e de Jirau,



além do canteiro de obras de Jirau. Então, necessariamente, teve que ser retirada da área do parque, correspondendo em torno de 0,4%, o que dá 8.400 hectares da área do Parque de Mapinguari. No fim, o Mapinguari ficou com 1 milhão 735 hectares no total.

O Parque Nacional dos Campos Amazônicos teve um pequeno trecho sobreposto ao lago artificial de aproveitamento de Tabajara, o que dá em torno de 1.600 hectares — 0,2% do total. Nas negociações para decidir-se sobre a desafetação dessa área aproveitou-se para corrigir dois conflitos históricos relacionados à ocupação por famílias de agricultores, o que culminou com a desafetação de 32 mil hectares do parque, em torno de 4%.

Nas referidas negociações, outras seis áreas foram acrescentadas ao parque, ampliando-o em 184 mil hectares.

No balanço final o parque teve uma ampliação de 150 mil hectares, quase 18% do seu tamanho original.

No cômputo geral tivemos uma redução de 158 mil hectares, sendo que 85 mil hectares têm relação com os aproveitamentos hidrelétricos e 72 mil hectares têm relação com outros conflitos sociais. Aqui somo 17 mil hectares da FLONA Tapajós, que eu não citei porque não tem nenhuma relação com os aludidos empreendimentos.

Houve uma ampliação em torno de 185 mil hectares, que dá um balanço final — em termos de áreas contabilizadas — de 26 mil hectares a mais para o sistema de unidades de conservação.

É importante destacar que nessas negociações em que nos debruçamos, principalmente com o objetivo de manter um espaço geográfico suficiente para a conservação da biodiversidade, fizemos incluir a criação de uma nova unidade de conservação — que é esse amarelinho aqui — denominada Estação Ecológica Alto Maués. É uma área de 663 mil hectares que está entre duas FLONAS e ao sul do Parque da Amazônia. É interessante porque é uma área onde há uma composição de fauna distinta na margem esquerda do Rio Tapajós, quando a comparamos com a da margem direita. Essa Unidade dá uma proteção ainda maior a todo esse conjunto de biodiversidade.



Aqui nessa área, para vocês terem ideia, existem 14 espécies de primatas endêmicos a essa região, entre eles o mico mauesi, que é típico dessa região e ocorre na área restrita. Aquela unidade de conservação tem, entre outras funções, a proteção dessas e de outras espécies.

Essa proposta foi negociada com os setores envolvidos — o Ministério de Minas e Energia, o setor elétrico, o setor mineral —, está na Casa Civil para se fechar negociação, mas até agora não se avançou, não se concretizou em uma publicação de um decreto simplesmente porque o Governo do Estado do Amazonas é o único que discorda da sua criação.

Até aproveito aqui para fazer um apelo ao Deputado Zequinha Sarney para nos ajudar a convencer o Estado do Amazonas a concordar com a criação dessa área, que é a única objeção que resta para se permitir a criação dessas áreas e, assim, a gente poderá incorporar no sistema quase 700 mil hectares.

Era isso o que tinha que apresentar. Agradeço pela oportunidade. E, mais uma vez, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Vamos passar agora a palavra à expositora Alessandra Cardoso, Assessora do INESC.

Como ela vai se utilizar de um equipamento, vamos ficar aqui — aqueles que desejarem.

A SRA. ALESSANDRA CARDOSO - Agradeço ao Deputado Sarney Filho pelo convite e cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Estou aqui representando o Instituto de Estudos Socioeconômicos. O convite foi feito inicialmente ao Diretor da minha instituição, José Moroni, que não pôde comparecer. E estou aqui para representar a instituição.

Novamente, agradecendo pelo convite, quero informar que o INESC é uma organização com pouco mais de 30 anos, que trabalha com o acompanhamento de políticas públicas aqui no Congresso Nacional, monitorando, acompanhando e tentando contribuir para o controle social e para defesa de direitos sociais ambientais.

Na verdade, acho que nossa participação aqui e o convite devem ser em função também do nosso trabalho mais recente.



Aproveito para fazer uma breve propaganda do Observatório de Investimentos na Amazônia, através do qual, há pouco mais de 2 anos, vimos acompanhando e monitorando os investimentos em grandes obras na Amazônia, com o foco mais específico em hidrelétricas.

A partir desse trabalho, acompanhando licenciamentos, investimentos e o papel do BNDES, a gente também tem tido oportunidade de conversar e de nos articularmos com outras organizações sociais, ambientais e com movimentos indígenas e quilombolas, que têm feito um importante trabalho de, como diz o Dr. Akira, trazer ao debate público a questão dos impactos sociais e ambientais e a necessidade, acima de tudo, de um debate mais amplo com a sociedade sobre esses investimentos na Amazônia, sobre seus impactos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em função disso, trouxe aqui — para tentar contribuir com esta audiência — uma breve apresentação, com o propósito de induzir uma reflexão bem na linha do que o Dr. Akira considerou — com o que concordamos totalmente, e não só o INESC, mas uma série de organizações têm pautado estes temas —, qual seja a ausência de debate público e de um processo de consulta efetivo às populações indígenas, mas não só às indígenas, pois também se deve consultar as pequenas comunidades e os próprios residentes dessas cidades, que têm sido extremamente afetados por essas obras.

A ideia desta rápida apresentação é trazer um pouco da fala do INESC como uma organização que acompanha há muitos anos políticas públicas, sociais, ambientais e também para alertar sobre a importância do debate sobre o que temos chamado de descompasso entre esses investimentos em grandes obras na Amazônia e a capacidade do Estado, do Governo Federal — que é o que principalmente estamos considerando nesta apresentação —, mas também dos Governos locais e estaduais, de se planejar para garantir os direitos sociais ambientais das populações que são ainda mais fragilizadas frente a essas grandes obras.

Na segunda parte da apresentação tecerei algumas considerações sobre o caso de Tapajós e sobre as lições não aprendidas, tendo em vista nossa recente,



mas extremamente complexa experiência de investimentos em outras grandes hidrelétricas, principalmente nos casos das hidrelétricas do Rio Madeira.

Várias das questões que abordaríamos já foram, como disse, muito bem expostas pelo Dr. Akira. Mas vou reforçar a questão desse descompasso entre essa capacidade de planejar investimentos, de realizar inventários e de passar num processo a toque de caixa — como consideramos — relativo às fases de licenciamento, com licença prévia. Nós vivenciamos isso e temos tentado levar essas organizações para o debate público sobre essas questões.

Além da Medida Provisória nº 558, à qual me referirei mais à frente, temos que nos lembrar da Portaria nº 303, da AGU, que claramente flexibiliza o direito de povos indígenas, já tendo em vista também viabilizar, facilitar e diminuir a judicialização de processos envolvendo a questão das hidrelétricas, inclusive usando o expediente das obras de interesse público, como é o caso das usinas de Tapajós.

Há a questão da Convenção 169, sobre a qual várias organizações, algumas estão presentes, já há algum tempo tentam dialogar com o Governo e no Parlamento, pois há a necessidade de regulamentar essa consulta. Dizer-se que os povos indígenas têm direito à consulta livre, prévia e informada é um tema extremamente complexo que precisa de regulamentação? O que significa traduzir documentos do licenciamento? Quais são os desafios a ser enfrentados para se levar para a comunidade, como diz o Professor Akira?

Antes que esses inventários sejam aprovados — e temos visto que na verdade é muito difícil reverter politicamente esses processos —, no momento do inventário esse processo deve ser aberto, com a participação dos interessados, com as populações indígenas, mas de forma clara. E isso porque os documentos do licenciamento são extremamente áridos, técnicos. Nós, especialistas, enfrentamos esse desafio — até porque é um tema novo para muitas organizações sociais, como a minha — de ir ao IBAMA, abrir os processos e ler. E aí vemos a complexidade e a dificuldade de realmente se extrair a informação relevante para o debate público.

Essa discussão sobre a Convenção 169, ou seja, como regulamentar e como fazer, de fato, tais consultas tem que ser enfrentada.

Quanto à questão da flexibilização e do afrouxamento do licenciamento ambiental, temos visto, tanto pelo passado recente, pelas medidas, pelas resoluções



e pelo que acompanhamos na imprensa, novas medidas para se afrouxar e acelerar ainda mais o processo. Esse é outro elemento que torna esse quadro que apontamos — como já disse o Dr. Akira falou brilhantemente — extremamente complexo.

Do outro lado, temos visto que, em relação à capacidade do Estado de legislar por medida provisória, por portaria, por decreto para facilitar nesse processo, é muito diferente — essa capacidade, esse empenho que o Estado tem para tocar essas obras à frente do PAC — do compromisso do Estado de garantir efetivamente, pelos mesmos meios, os direitos sociais ambientais.

Temos que lembrar a morosidade e as dificuldades, muitas das quais têm justificativas, realmente, em razão da complexidade do Brasil, da Amazônia. Mas não elas justificar esse descompasso entre as velocidades, de um lado, de aceleração dessas obras; de outro, de enfrentamento dos desafios e dos gargalos envolvidos na demarcação e titulação de terras indígenas e de terras quilombolas.

Outro tema central que diz respeito ao que estamos discutindo é enfrentar o problema da regularização fundiária de Unidades de Conservação.

Vimos aqui o ICMBio fazendo uma análise da Medida Provisória 558 e dizendo, bastante tecnicamente, o que foi retirado ou acrescentado nas unidades de conservação. Mas a grande questão de fundo, muito anterior a essa, é qual a situação, hoje, efetiva das unidades de conservação no Brasil, porque sabemos — e o próprio ICMBio admite, pois inclusive foi objeto de grupos de estudo — que existe um absoluto caos fundiário nessas unidades de conservação. Existe uma sobreposição muito grande entre unidade de conservação, terra indígena, terra de quilombola, posseiros e proprietários. E tudo isso é situação *sine qua non* para que se resolva a questão da delimitação, da boa gestão. Então o debate é anterior a isso, e esse debate não tem sido enfrentado.

Vemos, por outro lado, um discurso técnico do Governo, mas vazio de informação relevante para a discussão da sociedade sobre o que significa de fato tirar hectares de unidades de conservação para viabilizar hidrelétricas e sobre quais vão ser os impactos reais que isso vai trazer para as áreas protegidas na Amazônia, inclusive para o cumprimento da Convenção da Biodiversidade, de que o Brasil é signatário.



Como dissemos sobre o Observatório de Investimentos na Amazônia, nós temos feito um esforço não só de acompanhar obra a obra, mas também de mostrar a importância de olharmos esse conjunto de obras que estão sendo previstas para a Amazônia — o PAC 1, o PAC 2 — e, a partir daí, realmente, fazer uma discussão sobre quais vão ser os significados e impactos sociais e ambientais disso e como o Estado está ou não preparado para dar conta de cobrar que esses impactos sejam efetivamente avaliados e depois mitigados e compensados.

Quando nós olhamos o conjunto das obras, vemos a complexidade desse debate e a importância de fazê-lo. Que desenvolvimento nós queremos? Qual é o papel da Amazônia e qual é o futuro da Amazônia nesse contexto de crescimento via PAC?

Trouxemos uma lista para que todos tenham uma noção da quantidade de hidrelétricas. A parte em azul é o PDE/2021. Foram tiradas algumas poucas hidrelétricas que estavam no Rio Juruena, mas foram acrescentadas outras duas grandes, mega hidrelétricas, também no Rio Juruena.

Vendo a complexidade de cada uma dessas obras — e estamos discutindo apenas uma, a de São Luiz do Tapajós —, percebemos a dimensão do problema e a importância de se ter um debate público mais aprofundado sobre isso.

Então, só para trazer algumas informações, são 19 hidrelétricas e estão previstos 20,23 mil megawatts previstos para expansão hídrica só na Amazônia Legal. Não refizemos essas contas, mas, segundo o PDE/2020, 70% da expansão hídrica de energia hidrelétrica na Amazônia eram da Amazônia. Possivelmente com São Simão Alto, que é para 2021; e Salto Augusto Baixo, essa participação da Amazônia na geração de nova energia hidrelétrica aumentou.

E foi falado aqui pelo representante do ICMBio que essas hidrelétricas, se eu entendi, afetam hoje 24 terras indígenas. A FUNAI fez estudo recente, que inclusive está no anexo da nossa publicação, muito importante. Achemos que a questão deve ser mais amplamente discutida com a sociedade — e também deveria ser iniciativa do ICMBio e do próprio IPAM —, ou seja, fazer-se um estudo desse complexo de obras, não só as hidrelétricas, mas todo o eixo do PAC — que é transporte, ferrovia, hidrovias e rodovia —, para mostrar essa sobreposição e o que está em jogo, quais são essas terras afetadas e qual é a situação dessas terras hoje afetadas — pois



muitas estão em situação crítica, em situação de fragilidade —, que tende a se complicar ainda mais com esse quadro de obras.

Nesse estudo também colocamos em consideração as obras do eixo transporte: são 82 obras, das quais pelo menos 43 afetam terras indígenas. Temos tentado discutir e levar para o debate público a importância de se ter uma visão macro visão desse processo de investimento.

Esperamos que os órgãos responsáveis por proteger os direitos do meio ambiente, os povos indígenas, os quilombolas e o patrimônio histórico da humanidade, apresentem-nos um estudo que não seja só a respeito do processo de licenciamento, mas que seja um estudo circunstanciado, claro, para debater com a sociedade sobre o que está em jogo. Esperamos um estudo que permita uma discussão caso a caso sobre cada uma dessas hidrelétricas, que são um mundo de complexidades, uma enormidade de impactos de diversas ordens.

Aí é a questão, de novo, do descompasso. O que a gente tem observado muito, analisando os processos de licenciamento no IBAMA, é a evidência dos gargalos do processo de licenciamento.

No debate que a gente tem feito tem aparecido termos assim: *“Ah, estão trocando direitos por compensação!”* Na prática é isso que está acontecendo mesmo. Essas obras são impostas em um ambiente extremamente frágil do ponto de vista social e ambiental, com carências — aumentam muito os impactos em função de migração, de ocupação de terras protegidas —, e os processos de compensação têm que dar conta disso.

Na verdade, reforçando o que o Dr. Akira disse, a gente vê que está acontecendo. As condicionantes estão sendo jogadas para frente, ao longo do processo de licenciamento, como condicionantes em atendimento, mas não são resolvidos de fato os problemas. Muitas vezes, como o próprio IBAMA reconhece nos processos a que a gente tem acesso, eles sequer são efetivamente avaliados pelo empreendedor.

O exemplo mais marcante, que foi objeto de discussão aqui na audiência pública da medida provisória anterior, a MP 452, é a questão das compensações ambientais. Hoje Jirau e Santo Antônio não têm definidos os valores das compensações.



Essas compensações ambientais, pela Lei do SNUC, 0,5%, no limite do valor de referência da obra, deveriam ser recursos para ser investidos nas unidades de conservação afetadas. Hoje sequer foi feito o cálculo de qual é esse valor e sequer existe, até onde a gente compreende e acompanha os processos do IBAM, uma proposta de destinação acordada para esse recurso.

Então, só para a gente ter a noção do tamanho do problema envolvendo um dos temas, um dos programas de compensação, entre os vinte e sete, trinta, em média, de cada uma dessas obras.

Vou passar para frente para falar um pouco de Tapajós.

Apenas reforçando de novo o que o Dr. Akira disse, esse debate vai cair num debate mais amplo sobre realmente qual é o modelo de desenvolvimento, qual é o projeto do Brasil e da sociedade para a Amazônia brasileira.

Dando um tema, temos, por exemplo, a questão do macrozoneamento, que teoricamente deveria ser um espaço para se discutir como ordenar a ocupação territorial, onde cabe e não cabe hidrelétrica, e como é que se conjuga hidrelétrica com proteção, ou não se conjuga, com o transporte e todos os outros interesses e investimentos envolvendo outros setores na Amazônia.

Essa é um pouco a nossa leitura de fundo. No caso de Tapajós — e aí é uma parte mais objetiva, já que nós estamos aqui num processo, e o Tapajós já tem um termo de referência para a realização dos estudos de impacto ambiental —, olhando o processo como a gente acompanha no IBAMA, duas coisas a dizer: da importância de que realmente o IBAMA seja transparente — acho que isso tem até avançado muito —, torne públicos esses documentos do processo de licenciamento, porque a partir deles é que organizações como a nossa têm capacidade de olhar o processo e trazer as informações que a gente julga relevantes para o debate público.

Então, olhando o licenciamento no IBAMA, no caso de São Luiz de Tapajós, há duas questões que nos interessam particularmente, dada a complexidade do assunto em que eu vou me ater. Trata-se da questão das terras indígenas afetadas — segundo o ofício que a FUNAI remeteu ao IBAMA, para contribuir com o termo de referência são várias terras indígenas, algumas delas não foram ainda efetivamente demarcadas; a gente não sabe nem se vai sobrepor; é uma situação de fragilidade de garantia dos direitos territoriais desses povos — e a presença de índios isolados.



Então, essa hidrelétrica está se colocando nesse contexto em relação às terras indígenas. Isso exige um estudo e um debate com a sociedade, principalmente com as comunidades e os movimentos indígenas, sobre esses empreendimentos.

No caso das unidades de conservação — conforme já foi dito aqui pelo representante do ICMBio, está entre aspas aí porque é fala do próprio ICMBio —, é uma sugestão para que o termo de referência inclua o diagnóstico ambiental que retrate a qualidade ambiental atual e futura das áreas protegidas, identificando e destacando as potencialidades, fragilidades e restrições ambientais para as unidades de conservação dentro do novo cenário. Isso foi uma sugestão, uma recomendação do ICMBio para a realização dos estudos de impacto no caso de São Luiz do Tapajós.

Eu trouxe aqui uma sugestão e também uma provocação: na verdade, acho que esse diagnóstico ambiental tem que ser também uma iniciativa do Estado, do ICMBio, e tem que ser feito para o conjunto dessas obras hidrelétricas.

Acho que é muito importante hoje que a gente debata, não só para o caso das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós, mas para todas as outras, a situação das áreas protegidas nesse novo cenário de investimentos hidrelétricos. No caso do processo de licenciamento, essas informações do processo também têm que ser trazidas a público, como disse, de novo, o Dr. Akira, de uma forma mais clara e transparente, para que a sociedade possa participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Obrigado.

Vamos passar agora ao último expositor, que, como já deve saber, tem até 15 minutos: Sr. Brent Millikan, Diretor da ONG Amazônia Internacional Rivers.

O SR. BRENT MILLIKAN - Boa tarde.

Eu queria agradecer ao Deputado Sarney o convite da Comissão de Meio Ambiente para falar sobre esse tema tão importante. Vou tentar ser breve, no adiantar da hora.

Basicamente os quatro assuntos que vou abordar são esses aí, com um certo enfoque sobre a questão da medida provisória e a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, mas em um contexto mais amplo.

(Segue-se exibição de imagens.)



Já foi mostrado outro mapa semelhante. Este mapa também mostra PCHs, além das usinas maiores, tanto as existentes quanto as em inventário, em operação e em construção e planejadas, com interface com as áreas protegidas também.

Aqui estão as hidrelétricas prevista no Complexo Tapajós, como já foi apresentado.

Lembro um pouco a história. Em março de 2010, houve um aviso ministerial do Ministro Lobão, para o então Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, informando sobre a aprovação pela ANEEL de estudos de inventário do Tapajós e Jamanxim e a previsão de construção desse conjunto de hidrelétricas, três no Tapajós e quatro no Rio Jamanxim. Informou também sobre áreas a serem desafetadas dessas unidades de conservação e também de 18.700 hectares da terra indígena Munduruku, para abrigar canteiros e reservatórios das referidas hidrelétricas, com os respectivos memoriais descritivos da ELETRONORTE. Em tese, terra indígena deveria ter sido com a FUNAI, mas, de qualquer forma, foi desse jeito. Não tenho conhecimento de comunicado semelhante junto à FUNAI.

Aqui está mais um mapa que mostra esse conjunto de barragens do Tapajós e Jamanxim. As áreas em vermelho são os reservatórios. As unidades de conservação já foram mostradas de uma forma semelhante pelos demais expositores. Aqui é o Parque Nacional do Jamanxim, já mostrando a área de alagação. Aqui está a comunidade de Pimental e o Parque Nacional da Amazônia, que seriam afetadas pela usina de São Luiz do Tapajós. Aqui, de uma forma muito significativa, está uma aldeia Munduruku, não demarcada, mas com ocupação já de longa data.

Aqui a gente vê a alagação que aconteceria. Aqui é o Parque Nacional da Amazônia. Aqui está um mapa que fizemos — está difícil de ver —, que mostra a área de alagamento prevista para a Usina do Chacorão. Em relação às aldeias Mundurukus, são várias aldeias indígenas que ficariam debaixo d'água em função desse empreendimento.

Alguns antecedentes da medida provisória. As decisões políticas sobre essas usinas, como demonstra o próprio aviso ministerial do Ministro Lobão, foram tomadas a partir do estudo de inventário realizado pela ELETRONORTE e pela CNEC — que era da Camargo Corrêa e hoje pertence a uma multinacional



australiana, a WorleyParsons —, aprovado pela ANEEL. Isso foi a base para sua inclusão no Plano Nacional de Energia, no PAC, e para uma resolução do CNPE, em maio de 2011, que declara várias dessas usinas, não todas, como de importância estratégica, para serem construídas o mais rápido possível.

Como já foi colocado pelo Akira, acho que é importante ressaltar algumas limitações do inventário do Tapajós/Jamamxim, empreendimento que não inclui uma avaliação ambiental integrada, conforme prevê o manual da ELETROBRAS desde 2007. Como foi colocado aqui pelo expositor do MME, somente agora ela está sendo feita, mas depois de já aprovado o inventário. Deveria ter sido feita antes de se aprovar o inventário *stricto sensu*. E, relacionado a isso, não considera os impactos cumulativos entre as barragens do Tapajós e dessas com outros empreendimentos vinculados, como a Alessandra colocou, a exemplo de uma hidrovía prevista no Tapajós-Teles Pires, e projetos de mineração também. Lembro que boa parte da energia seria para empreendimentos de mineração.

Tampouco se consideram os impactos nas comunidades indígenas e em outras populações tradicionais. Não houve realização de consulta prévia junto às populações indígenas, apesar de várias decisões políticas serem tomadas. De fato, se decidiu fazer as usinas nesse momento e não depois, durante a fase do EIA.

Temos a questão de compatibilidade com outras políticas territoriais, a exemplo das UCTI e do próprio Plano BR-163 Sustentável. Isso se sobrepõe com essa área. O Plano BR-163 Sustentável, não sei se as pessoas lembram, seria uma experiência piloto do PAS, Plano Amazônia Sustentável, que começou no primeiro mandato do Governo Lula e seria um novo olhar para a Amazônia, para conciliar essas várias dimensões do desenvolvimento, um novo olhar de desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade. Infelizmente, essa iniciativa, o Plano BR-163 Sustentável, lançado em junho de 2006, não teve continuidade, principalmente depois do nascimento do PAC, no início de 2007.

Aqui é a hidrovía do Tapajós prevista.

Aqui é a sobreposição de áreas de mineração, onde vemos que de fato essa região é muito importante nesse sentido. Também mostra as usinas previstas pelo PAC.



Aqui, uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que mencionei. Vale lembrar que o Conselho Nacional de Política Energética deveria ter a participação da sociedade civil e da academia, conforme decreto presidencial, o que ainda não ocorre.

Uma semana depois de recebido no MMA, o gabinete do MMA encaminhou esse processo para a Presidência do ICMBio solicitando providências. Pelo que eu saiba, a CONJUR — Consultoria Jurídica do MMA não opinou sobre esse processo. Em maio de 2011, depois de consultados pela sede do ICMBio em Brasília, os gerentes locais do ICMBio levantaram uma série de questões muito importantes sobre as consequências dessa desafetação de unidade de conservação.

Aí são citados alguns exemplos: para a biodiversidade, ecossistemas aquáticos, meio de vida de populações locais, pesca e turismo, etc. No entanto, não houve mais discussão interna no ICMBio envolvendo a SEDE e aspectos locais. Em setembro de 2011, a sede do ICMBio concluiu que a elaboração de um EIA para um empreendimento com o de São Luiz não poderia incidir sobre unidade de conservação, com exceção da APA de Tapajós. Afirma, entretanto, que desde que as áreas das UC sobrepostas aos reservatórios do eixo de barramento sejam desafetadas, é possível a condução de processo de licenciamento ambiental. Ou seja, efetivamente as preocupações dos técnicos locais não foram, em minha opinião, devidamente consideradas na decisão final da SEDE.

Só para falar um pouco sobre processo de encaminhamento, que já foi falado um pouco pelo Akira, a exposição de motivos da MP focou muito a questão dos pequenos posseiros, que já foi mostrada aqui, e falou muito pouco sobre a questão dos impactos das hidrelétricas. Foi bem no final, embora isso tenha sido a grande diferença em relação à MP 542, que caducou por falta de aprovação no Congresso em 2011. Já havia a parte do Madeira e a questão dos posseiros também.

Em fevereiro de 2012, lembro a questão da ADIN, de que o Akira já falou e que não preciso repetir. E a Terra de Direitos, logo em seguida, entrou com *amicus curiae*, com questionamento sobre a ADIN, complementando a ADIN do Ministério Público. O Antônio, do Terra de Direitos, vai falar um pouco depois sobre isso. Houve também várias manifestações de comunidades locais.



Algumas características dessa tramitação da MP 558. A Comissão Mista, prevista em norma interna do Congresso, não se reuniu. Efetivamente se instalou, mas não se reuniu. Houve tentativas frustradas de convocar audiências públicas no Congresso pela sociedade civil e pelo próprio ICMBio. Infelizmente, esta é a primeira audiência pública, vários meses depois de convertida em lei. E deveria ter sido — também teria tudo a ver — convidado o Ministério Público a participar dessa discussão.

Os Relatores na Câmara e no Senado, Zé Geraldo e Vanessa Grazziotin, foram designados realmente de última hora e não tiveram tempo hábil para analisar a MP e as emendas, algumas de contrabando, antes de elaborar seus pareceres. E foram votados muito rapidamente em plenário. Chamo a atenção de que houve uma carta aberta lida pelo Senador Cristovam Buarque no dia de aprovação em plenário, em poucos minutos. Em ambas as Casas foi em poucos minutos. Tenho uma cópia aqui e gostaria de submetê-la à Mesa, porque acho que ela faz um bom resumo. É uma carta assinada por mais de 50 organizações da sociedade civil, pela Senadora Marina Silva também, chamando a atenção para uma série de preocupações.

Nesse sentido, acho que a gente pode concluir que a MP cria um precedente negativo no sentido de que a supressão de UC pode ocorrer sem critérios muito claros de transparência, sem resguardo do interesse público, dos direitos humanos e da legislação ambiental. Ou seja, sem fazer de fato aquela equação entre o social, o ambiental e o econômico.

Essa aqui é a população de Pimental.

Muito rapidamente, só para terminar, algumas características da fase inicial de licenciamento da Usina de Tapajós e de outras hidrelétricas recentes, a exemplo de Teles Pires e Belo Monte também. Primeiro, claramente está havendo uma desarticulação do componente indígena do EIA, o que está levando a conflitos com comunidades locais. Nesse caso de São Luiz, com os mundurukus. Ou seja, o IBAMA autoriza a abertura de picadas dentro de áreas indígenas ainda não demarcadas, há falta de articulação entre esses dois órgãos, levando a conflitos. No dia 18 de outubro, houve uma reunião muito tensa entre representantes da ELETROBRAS, da CNEC, das comunidades indígenas e da FUNAI. Esse é um problema. Em geral, existe uma defasagem entre o componente indígena do EIA e o



restante do EIA. E tipicamente o EIA, em geral, vai na frente muito rapidamente. A parte indígena é tratada como algo separado, quando deveria ser integrado. Há uma defasagem.

Já foram colocados aqui alguns problemas de subdimensionamentos dos impactos socioambientais: biodiversidade, gases do efeito estufa, meio de vida das populações, tanto à montante quanto à jusante, o que tem implicações importantes em termos de decisões sobre a viabilidade, as compensações, as mitigações, etc.

A falta de consulta prévia na fase do EIA também ocorre, também com a visão de que só há impacto se há alagamento. Acho que esse claramente não é o caso, e Belo Monte demonstra isso claramente. Por exemplo, desviar o rio que passa na frente de áreas indígenas obviamente vai gerar impacto. Portanto, deveria haver consulta.

Recentemente, o IBAMA tem se limitado a verificar um *check list* de itens do termo de referência do EIA na véspera da audiência pública, sem análise qualitativa. Isso tem implicações muito importantes, inclusive para a qualidade das audiências públicas. Você pode ter um EIA extremamente precário, se não levado à audiência pública. Além disso, as audiências públicas têm suas próprias deficiências, que estão colocadas ali.

A concessão de licenças tem ocorrido contrariando os pareceres de técnicos, com lacunas na fase do EIA sobre impactos e riscos de viabilidade. Essas lacunas são transformadas em condicionantes da licença prévia, e isso não poderia ocorrer. Essas lacunas teriam que ser sanadas, inclusive para se tomar uma decisão mais informada sobre a concessão ou não da LP, ou seja, da viabilidade ou não do empreendimento. Portanto, os problemas de judicialização dos processos de licenciamento — o Akira falou isso — são muito ruins, não só pela questão de direitos, de problemas, de cumprimento da legislação, que claro deveria sempre conciliar os empreendimentos com respeito à legislação, mas também os problemas de atrasos que os empreendimentos acabam tendo com implicações para os investidores. Acho que é algo que deve ser levado em conta.

Enfim, foi levantada a questão das usinas de plataforma. Não terei tempo de entrar muito em detalhes, mas esses são alguns pontos sobre os quais acho que precisam de fato aprofundar esse debate sobre usinas de plataforma.



Primeiro que há diferenças muito grandes entre uma usina de plataforma em alto mar, onde há em torno de 180 funcionários, e uma barragem que tem em torno de 10 a 12 mil funcionários.

A questão da migração que ocorre junto com a construção de barragem, inclusive com pessoas que vêm de fora, e o que essas pessoas fazem depois.

As áreas, embora menores, são consideráveis, as alterações dos ecossistemas fluviais e terrestres, os impactos sobre a pesca. Ou seja, muitos dilemas sobre essas questões continuam pertinentes para o debate.

É importante aprofundar a discussão também sobre os impactos cumulativos dessas hidrelétricas com hidrovias e projetos de exploração mineral, como já mencionei.

Vimos infelizmente que tipicamente o processo de licenciamento segue um cronograma da obra, apesar de uma série de problemas de lacunas e de problemas não equacionáveis. Este é um exemplo que mostra o cronograma previsto para a concessão da LP, para o Tapajós. Infelizmente, todo o processo de licenciamento fica muito subordinado a um cronograma que é definido pelo setor elétrico.

Considerações finais.

Primeiro, os conflitos entre hidrelétricas e áreas desprotegidas. Muitos poderiam ser evitados no âmbito do planejamento estratégico do setor elétrico, buscando melhores alternativas para a sociedade.

Nesse sentido, só quero chamar a atenção, fazendo um pouco de comercial, para um livro que foi lançado durante a Rio+20, lançamos na semana passada a 2ª edição, que se chama *O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*, de autoria de grandes especialistas, como Célio Bermann, da USP, Fearnside, do INPA; teve a participação do Green Peace, do ISA, Amigos da Terra — Amazônia Brasileira, WWF, Amazon Watch, Nossa Entidade, CSF. Enfim, acho até que essa publicação daria uma bela audiência pública desta Comissão, abordando uma série de questões, desde pressupostos, premissas de crescimento de demanda, eficiência energética. Há muitos enfoques sobre isso, a questão das alternativas das hidrelétricas, os desafios da sustentabilidade das hidrelétricas.



No planejamento de barragens, os conflitos em geral precisam ser abordados inicialmente na fase de inventário com ferramentas como a Avaliação Ambiental Integrada — AAI e Avaliação Ambiental Estratégica, que não aconteceu efetivamente no caso do Tapajós. É necessário o aprofundamento do debate, do diálogo sobre licenciamento de barragens, inclusive o arcabouço legal, conciliando eficiência, agilidade, mas com as questões qualitativas em respeito ao direito, colocando o desenvolvimento sustentável na prática.

De forma parecida, acho que é preciso aprofundar o debate sobre procedimentos de alteração de limites de unidades de conservação, como foi abordado, resguardando o interesse público e os direitos humanos, respeitando a legislação ambiental.

Por último, fragilidade na implementação de políticas públicas e baixa presença do Estado dificultam soluções para esses problemas. Ou seja, em regiões onde há um déficit de políticas públicas, de presença de Estado de fato tudo se torna mais difícil. São apenas alguns exemplos.

Já falei da questão do Plano BR-163, o Plano Amazônia Sustentável, um exemplo também; a Alessandra falou do zoneamento. Outro exemplo importante é o PNGATI — Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas, que levou alguns anos para ser elaborado, em 2010 ficou pronto, foi assinado um decreto presidencial em junho, na Rio+20, mas ainda carece de implementação. Em tese, poderia ser um instrumento de mediação de conflitos entre empreendimentos de infraestrutura com respeito à integridade das terras indígenas e o respeito às culturas dos povos indígenas.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Foi pedido, e ainda resta tempo regimental, para que fosse feito o esclarecimento técnico-jurídico. Vou pedir ao Sr. Antônio Escrivão Filho, Coordenador Executivo da ONG Terra de Direitos, para que rapidamente possa dar esses esclarecimentos.

O SR. ANTÔNIO ESCRIVÃO FILHO - Boa tarde, Deputado. Obrigado pela oportunidade, pelo convite.



Bom, a Terra de Direitos, organização da qual eu faço parte, é uma organização de direitos humanos que trabalha com assessoria jurídica a comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas de Santarém, da região do Rio Tapajós, de Itaituba, também com sede em Curitiba e aqui em Brasília.

A ideia é trazer aqui algumas informações concretas sobre como o processo de implementação do complexo de hidrelétricas do Rio Tapajós já vem causando impactos, já vem, de alguma forma, afetando as comunidades que ali residem, que, como de costume nesses procedimentos, acabam por ser completamente ignoradas no que se refere à sua existência, ao seu modo de vida, aos seus direitos étnicos, culturais, sociais e econômicos.

A estimativa é de que o complexo das hidrelétricas do Rio Tapajós afete diretamente cerca de 2 mil famílias que residem nas áreas de impacto. O impacto aqui não significa necessariamente a inundação completa da área de moradia. Porque nós estamos falando de comunidades tradicionais, nós estamos falando de terras indígenas, onde o que importa é realmente o território em sua totalidade, na medida em que o modo de vida, a existência cultural e étnica depende de uma vinculação não estritamente econômica e quantitativa com a área, e sim de uma identidade cultural. Então, o impacto direto, nesses casos, significa um impacto no modo de vida étnico e cultural, e também social e ambiental.

Bom. Trata-se aqui concretamente de dizer, de saber se essas comunidades, se essas 2 mil famílias — nesse caso específico, claro, nós estamos falando de um exemplo, e ele se repete; ele é um padrão de violação que se repete, como foi dito aqui pelos expositores quanto a outras instalações, grandes obras, especialmente de hidrelétricas —, se essas pessoas também são consideradas cidadãos, sujeitos de direito do Estado brasileiro. É disso que se trata, na medida em que elas não são consultadas sobre o futuro de sua vida, de suas famílias e também sobre sua história, sua memória.

Esse é um debate que imaginávamos superado há algum tempo. Tratávamos de direitos sociais, de um Estado positivo, de um Estado que se apresenta na efetivação dos direitos, mas nós regressamos a um período em que temos de trabalhar com um Estado que deve, na verdade, respeitar o limite da vida e da existência de comunidades.



Efetivamente, existem dois casos concretos em que isso vem ocorrendo, quanto ao complexo de hidrelétricas do Tapajós. Um, muito bem exposto aqui, diz respeito à medida provisória, que foi transformada em lei, para reduzir as unidades de conservação, sem qualquer consulta, sem qualquer diálogo com a comunidade, com a população local. O outro caso são os impactos que vêm ocorrendo à medida do avanço desses procedimentos administrativos, que, muitas vezes, quando projetados na parede aqui em Brasília, não trazem para nós sua dimensão concreta, inclusive o calor do dia a dia.

A comunidade de Pimental, especificamente, como foi dito aqui — foi mostrada a comunidade de Pimental, da aldeia Munduruku, no Município de Trairão, perto de Itaituba, por onde passa inclusive a Transamazônica; a Transamazônica vai até o Rio Tapajós, atravessa-se o rio de balsa, e depois continua —, possui 800 famílias e será integralmente inundada. Essa, sim, desaparecerá do mapa, como Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho, entre outras já refletidas na memória cultural brasileira.

Essa comunidade já vem convivendo com a entrada das empresas contratadas para realizar os procedimentos administrativos. A presença dessas empresas significa o avanço de um modelo que irá simplesmente extinguir o modo de vida e a história daquelas pessoas. E essas pessoas têm que lidar com essa situação territorial, porque se trata de um ambiente cotidiano e de realização da vida das pessoas, sem qualquer informação oficial do Estado.

Nós vimos, o Brent nos trouxe isso, que houve um ofício entre o Ministério de Minas e Energia, se não me engano, e a ANEEL. Era Ministério do Meio Ambiente, me desculpem. Mas não há ofício para dialogar com as comunidades. Não há qualquer nível de consulta informada. E não se trata de discricionariedade do nosso Estado. São normas internacionais que exigem o cumprimento desse tipo de interlocução com as pessoas que fazem parte da sua própria população, do seu povo. Não são apenas normas internacionais, mas também normas nacionais.

Ocorre que a presença e o avanço de um projeto que se sabe que irá extinguir seu modo de vida e sua história geram tensão e conflitos. Os conflitos geram necessariamente violência e criminalização das lideranças e das pessoas que lutam por manter seus direitos nos seus locais de vida.



Então, nesse sentido, já acompanhamos infelizmente, junto à comunidade de Pimental e às aldeias indígenas Mundurucus, casos de violência, casos de tensão e conflitos na relação da comunidade com essas pessoas das empresas que chegam para realizar seus procedimentos sem informação oficial, sem intervenção do Estado no sentido de colocar o programa de implementação e, sobretudo, de apresentar, de forma dialógica e participativa, qual seria o impacto estratégico e as medidas de mitigação.

Qual é a proposta do Estado brasileiro para as populações afetadas? Ela existe? O Ministério de Minas e Energia, o ICMBio, o IBAMA e a FUNAI têm condições de apresentar um programa de diálogo de participação sobre o futuro das pessoas que estão ali, o futuro das pessoas diretamente impactadas? Caberia um requerimento desta Comissão a esses órgãos no sentido de apresentar um programa de diálogo, um cronograma de consulta pública às comunidades? Creio que sim. A sociedade está atenta e também está trabalhando nesse sentido para avançarmos nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

Estamos encerrando agora a fase dos expositores. Quero agradecer a todos os expositores presentes. É altamente esclarecedora esta audiência pública. É evidente que esse assunto não é novo nem para a Comissão de Meio Ambiente, nem para os ambientalistas, os poucos que sobrevivem aqui na Câmara.

Portanto, nós já tivemos a oportunidade de mandar ofícios ao ICMBio. Evidentemente, votamos contra a medida provisória. Iniciamos um processo de questionamento a esse respeito. Na época, inclusive, o Presidente do ICMBio veio aqui, teve uma audiência conosco, expôs seu ponto de vista, pedi que desse por escrito. Nós demos uma nota do Partido Verde.

Enfim, nós temos tido a preocupação que acho que a sociedade toda tem. Infelizmente, nosso Congresso, que deveria ser a caixa de ressonância das vontades e dos desejos da sociedade, tem se distanciado, tanto na questão ambiental, quanto na questão indígena.

Na Comissão de Constituição e Justiça houve proposta de retirar do Executivo Federal a possibilidade de criar unidades de conservação, terras



indígenas e quilombolas. Embora tivéssemos feito uma resistência muito grande, essa proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e está pronta para ir para a pauta. Não foi para a pauta porque fizemos um grande movimento nacional, fomos pressionar o Presidente Maia. Ele se sensibilizou — ou não quis assumir a responsabilidade de colocar em pauta uma matéria dessa natureza. Isso demonstra que o Legislativo Federal infelizmente tem se afastado dessas questões fundamentais.

Na questão indígena, estamos vendo agora os Guaranis-Kaiowás, principalmente essa tribo, essa comunidade, que está ameaçando fazer suicídio coletivo — suicídio coletivo, sim, e o CIMI não gosta que se diga isso, mas é isto mesmo. Eles têm uma prática individual de suicídio e fizeram uma ameaça de que não sairiam dali todos eles vivos, que gostariam de ser enterrados ali, naquela terra.

Fizemos um ofício ao Ministro da Justiça imediatamente, mas só depois, uma semana depois, quando esse assunto foi ventilado aqui no Congresso, por discurso e por notas, quando as redes sociais assumiram a causa, foi que começou a haver algumas ações e foi criada a Comissão Externa. Logo após esta reunião, nós vamos aqui mesmo fazer a reunião da Comissão Externa para averiguar essa questão e dar um parecer a respeito. Sou o Coordenador e, portanto, vou ficar; só vai mesmo mudar a plateia, se assim desejarem.

Eu acho que é importante o Congresso Nacional inserir-se nessa grande discussão sobre a Amazônia. Eu não quero nem falar sobre modelo de desenvolvimento para o Brasil, mas sobre aquilo que se deseja para a Amazônia. É menos complexo, mas é um tema, digamos assim, amazônico, e que foge de qualquer perspectiva de coisa pequena.

Então, aproveitando o momento como este, o momento em que vivemos, em que o aquecimento global já é uma realidade, já somos vítimas dele, e ninguém mais discute que está havendo um desarranjo no clima — hoje os céticos questionam se isto é feito pelo homem ou não, mas não questionam mais que estamos vivendo os anos mais quentes da nossa história, que está havendo derretimento de calotas polares, que o clima na Terra está mudando, com consequências muito ruins para o nosso modelo de civilização.



No momento em que vemos que isso está ocorrendo e que os cientistas do mundo todo, na sua grande maioria, dizem que devemos modificar o nosso modelo de produção e de consumo, temos olhado a Amazônia como se vivêssemos no século XIX ou no começo do século XX, sem retirar dela a perspectiva de ganhos da nova economia, a economia verde, economia de baixo consumo de carbono e que valoriza os serviços ambientais. E quem, no mundo, em sã consciência, pode desconhecer os serviços ambientais que a Amazônia proporciona não só ao Brasil, mas ao mundo, como eu disse no começo?

A Amazônia não só retém estoques do efeito de gás e do efeito estufa, que poderiam projetar uma catástrofe, mas também influencia no regime de chuvas, na umidade, diminui o clima global, além de tudo. Nós estamos destruindo possibilidades de cura, de vida, com a destruição da nossa fauna e da nossa flora amazônica das quais não conhecemos quase nada.

Então, é importante, sim, que o Congresso Nacional se debruce sobre esse tema. É importante que o povo brasileiro tenha conhecimento e possa optar se deseja que a Amazônia continue sendo uma fronteira agrícola, energética, nos moldes tradicionais, ou que a Amazônia seja um diferencial dentro da nova economia. Esta é uma discussão da qual não podemos nos omitir.

Pelo que pude observar e pelo que tenho lido — e é uma opinião pessoal, não é nem de partido nem de Presidente da Comissão —, não estamos fazendo essa equação devidamente. A equação está capenga. Ela está pendendo para um lado, o lado do desenvolvimento a qualquer custo, o lado do ganho imediato. Que se deem as possibilidades que o Ministério de Minas e Energia pode nos apresentar, e ele está fazendo seu dever de casa com as energias alternativas. Não será a hora de pensarmos em substituir essa carência por energias alternativas que estão ganhando agora conotações de geração realmente sérias e não mais energias simplesmente de cunho ambiental, até mesmo alternativa, mas complementares na geração? Acho que é importante que o Congresso assuma essa discussão.

Seria importante também que o Governo Federal na sua totalidade pudesse ter uma opinião consistente, porque o que se vê ainda hoje é que não há uma opinião consistente por parte do Governo a respeito de determinados temas. Nesse tema da medida provisória estou sentido que há consistência. O Instituto Chico



Mendes está afinado com o Governo, mas não sei se o IBAMA, se o Ministério do Desenvolvimento Agrário, se a FUNAI, não sei se o Ministério do Meio Ambiente pensa dessa mesma forma, e até mesmo o Ministério da Agricultura.

Então, estamos vendo que "determinadas soluções" — entre aspas — estão sendo apontadas por um segmento do Governo, competente, que quer defender o seu setor, mas que, na realidade, segundo o meu ponto de vista, não avalia o conjunto da obra, avalia apenas a unidade.

Dessa forma, eu acho que assim como fizemos em relação ao transgênico aqui, decorrente de uma audiência pública, devemos também criar uma comissão dentro de uma Comissão Permanente, a de Defesa do Meio Ambiente, para discutir e fazer valer isso que foi sugerido pelo nosso último expositor, Antônio Escrivão. Vamos discutir, vamos trazer essa discussão, também para colaborar. Com isso não quero dizer, nem tenho instrumentos para tanto, qual é o grau de afetação nessas áreas no que diz respeito à manutenção do bioma. Pode ser que os estudos realmente comprovem que aquele empreendimento não causa danos maiores, que o seu custo-benefício é necessário. Não podemos nos fechar em torno de uma ideologia que possa prejudicar o País; mas é evidente que têm que ser ouvidas todas as partes, é evidente que a sociedade civil, que no fundo é objeto de toda essa ação, tem o direito de saber as consequências, o que está ocorrendo, e opinar.

Portanto, quero também ressaltar um elogio ao trabalho do Ministério Público. O Ministério Público é um órgão da nossa Justiça que realmente tem defendido os direitos difusos da sociedade, e não só os direitos difusos da sociedade no que diz respeito ao meio ambiente, mas também os direitos da comunidade indígena. É isto o que estamos vendo agora no Mato Grosso, e vamos discutir daqui a pouco o Mato Grosso do Sul, com a participação do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, que tem sido um colaborador.

Dentro dessa perspectiva, tenho poucas perguntas. Acho que não tem mais nenhum Deputado presente, mas se tivermos entre os nossos expositores alguma questão que possa ser levantada, vamos abrir o tempo.

A primeira pergunta que faço é ao representante do ICMBio.

Vimos na medida provisória, e já houve medida provisória anterior que também mexia com a área de Unidade de Conservação, que não foi motivada pelo



setor elétrico, uma até está em discussão aqui, está entrando agora a mineração muito forte nessa área...

Então, eu queria saber o seguinte: os parques, por exemplo, o que está ocorrendo com os planos de manejo desses parques? Se tivéssemos o plano de manejo já pronto dessas Unidades de Conservação, metade disso que está se discutindo aqui nós não estaria em discussão.

Então, quero saber como andam os planos de manejo dos parques — das Unidades de Conservação, em geral, e dos parques, em particular — e também a questão do passivo fundiário. Todo ano, a Comissão de Meio Ambiente coloca no Orçamento uma emenda com bastante recurso. Ano passado colocamos uma de 500 milhões. Lógico, a proposta da Comissão é também um indicativo para essas áreas do Governo irem atrás, venderem seu peixe e conseguirem esses recursos. Até hoje nenhum tostão para regularização fundiária saiu do orçamento federal, nenhum tostão.

Na quarta-feira fui pedir à Ministra Ideli que liberasse 10 milhões de reais dessa emenda de bancada. Não foi aprovada com 500 milhões, mas chegou a 100 milhões, mas tudo isso é trabalhável no Executivo. Quer dizer, a Ministra do Meio Ambiente tem que vir aqui, o Presidente do Instituto Chico Mendes tem que vir aqui, tem que trazer os interessados, tem que fazer pressão política legítima, mas isso a gente está vendo que não existe. Por quê? Porque, segundo o meu ponto de vista, não existe unicidade dentro do Governo, não existem prioridades dentro do Governo quanto a isso. Se não teriam resolvido.

Então, eu acho que é uma questão que a gente tem que resolver.

Então, eu gostaria de saber sobre o plano de manejo e sobre a regularização fundiária.

Quero também dizer desde já que isto aqui não é uma CPI, não é nada; se não tiverem essas respostas agora podem mandar depois por escrito. Aqui não há nenhum tipo de... Imaginem se nós vamos fazer aqui... Não, aqui nós queremos esclarecer. A cordialidade é o nosso lema aqui, cordialidade! Não vamos dizer "não", mas como dizer o sim. Pode ser até que a gente diga "não", mas de uma maneira bastante educada.



Então, eu passo essa primeira pergunta ao representante do ICMBio para que ele possa fazer suas observações.

O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - Obrigado, Deputado.

Eu não vou saber responder com precisão as duas perguntas, mas, como é uma observação, eu posso colocar que o plano de manejo, um passivo que nós temos, passa por uma questão técnica.

A construção de um plano de manejo é um processo que leva mais de um ano; na verdade, estudos que levam mais de um ano. Há um esforço do Instituto neste momento para tentar criar um modelo, uma metodologia de plano de manejo que possa acelerar os planos. Por quê? Porque os planos são fundamentais tanto para saber o que nós temos nessas Unidades de Conservação, quanto para estabelecer regras de manejo. Hoje é uma questão técnica, os planos são caros, são onerosos, e o nosso novo Diretor, Pedro Menezes, responsável por essa área, está dedicado a encontrar um modelo, uma metodologia, que dê celeridade aos planos de manejo. Hoje nós temos, eu acho, menos de 50% das Unidades de Conservação com planos de manejo atuais, servindo como instrumentos efetivos de gestão.

Em relação ao passivo fundiário, eu acho que é notório o grande passivo fundiário que nós temos em Unidades de Conservação. É um calcanhar enorme, é um problema enorme. Foi citada aqui as sobreposições com terras indígenas. Podemos até dizer aqui que, em relação a sobreposições com terras indígenas e com áreas de quilombolas, temos hoje em torno de 82 Unidades de Conservação, quase 25% delas com sobreposição.

Há um plano de regularização fundiária que está em montagem. Eu tenho a impressão de que ele já está pronto inclusive, aguardando aprovação do Ministério. É um plano que busca enfrentar com metas até 2020 uma redução drástica em relação ao passivo.

Se V.Exa. me permitir, queremos fazer duas colocações porque fomos citados — o Chico Mendes foi citado — em outras oportunidades aqui.

O posicionamento do Instituto já expresso pelo ex-Presidente, Dr. Rômulo, em relação às aferições das Unidades de Conservação, não foi colocado em setembro de 2011; na verdade, ele foi reiterado. Esse posicionamento foi assumido desde



2009 pelo Presidente Rômulo Mello. O Chico Mendes não concorda que a discussão de desafetação, de desnaturação, se dê no âmbito do processo de obtenção de licenciamento ambiental; concorda e defende que essa discussão se dê antes, como foi bem dito pelo Procurador, num debate de avaliação ambiental estratégica em que se possa ter estudos que fundamentem essa discussão e que se possa aí, sim, discutir e decidir sobre a desafetação de Unidades de Conservação.

Eu quero até aproveitar, se V.Exa. me permitir mais um tempinho... O Instituto Chico Mendes herda do IBAMA a missão dada pelo art. 53 do SNUC, a de apresentar a lista de espécies ameaçadas. É uma informação fundamental — eu sei que é um dos aspectos — para se ter um panorama da situação da biodiversidade e do impacto sobre ela.

Esse ano, o Chico Mendes entregou o primeiro lote de espécies avaliadas ao Ministério do Meio Ambiente. Foram 1.800 espécies avaliadas nesse ano, avaliadas e validadas. Esse número é superior à avaliação feita em 2003, que fundamenta, que subsidia, a atual lista de espécies da fauna. Eu não posso aqui adiantar números, mas obviamente espécies entraram e saíram; e o número de espécies que entram é superior ao número de espécies que saem, a maioria por uma questão de melhora da informação e por um rigor científico muito forte na aplicação dos critérios de avaliação das espécies ameaçadas.

Nós temos a meta de até 2014 conseguir avaliar as 2.500 espécies de peixes continentais. Já avaliamos até o momento cerca de 500 espécies, mas queremos entregar esse lote completo em 2014, e essa informação vai ser fundamental para qualquer avaliação estratégica que se der.

Então, era só essa observação que eu queria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem.

Eu tenho outras perguntas, aqui me dirigindo ao nosso representante do Ministério de Minas e Energia, mas, primeiro, até para esclarecer, há uma questão que a imprensa sempre tem comentado.

Outro dia eu li, não me lembro de quem, mas faz pouco tempo, um artigo em que o seu autor era a favor das usinas hidrelétricas na Amazônia. Ele mesmo levantou a questão de que ao se ter esses cuidados com o espelho d'água e com a biodiversidade, segundo ele — e eu quero chegar na pergunta dele porque a



considero até mais legítima do que uma minha sobre isso —, todos os investimentos exigidos pelos órgãos ambientais estavam tornando antieconômicos os empreendimentos na região, e que achava que, por isso mesmo, deviam ser repensados.

Por outro lado, hoje, as manchetes dos jornais nos dizem que as ações da ELETROBRAS despencaram.

Então, eu queria realmente perguntar o seguinte: será que, frente a todas as dificuldades que o setor elétrico está passando, é este o caminho? Será que não estão sendo apontadas dificuldades que não têm nada a ver com aquilo que eu falei de valorizar o bioma Amazônia, mas a dificuldades específicas da geração do modelo escolhido pelo próprio Governo? Esse modelo já está gerando dificuldades. E é ele que gera a necessidade de se fazer hidrelétricas na Amazônia.

Esse modelo não está chegando a um esgotamento, Dr. Francisco?

O SR. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, há que se fazer uma diferença entre o atual momento, com as renovações das concessões que estão sendo discutidas pela MP 579, e a expansão. Acho que tem que haver uma diferença. A hidrelétrica, como eu disse, uma vez construída, é paga por um período de 30 anos e dura 100 anos.

Então, na realidade, a MP 579 coloca essa concessão de volta à União. Isto é uma coisa.

A expansão que se dá daqui para frente, por exemplo, com os próximos leilões — Sinop, Cachoeira e Caldeirão —, é, na realidade, um arranjo de um empreendimento que vai a leilão e que, por meio do setor público e privado, faz uma associação entre eles, uma SPE. Aí vai a leilão, recebem a concessão e exploram. Eles têm recursos e vão oferecer aos seus bancos esses recursos, ou seja, justamente os recebíveis ao longo desse prazo.

Então, eles vão lá e constroem num período de 5 anos, recuperam o seu investimento ao final de 30 e devolvem a concessão. Então, não há nenhum momento de xeque.

O que eu quero salientar é que os empreendimentos hidrelétricos estão chegando ao fim. Aqueles que são economicamente viáveis e ambientalmente possíveis estão se esgotando.



Nos estudos que temos levantado junto com a IPE, esse horizonte está logo ali, 2025, 2030, quando não teremos mais hidrelétricas. Não há mais como fazer. *(Risos.)*

Então, sob o ponto de vista do equilíbrio, oferta e demanda que o Ministério zela, e que nós temos que crescer 3 mil megawatts por ano, o que significa uma Jirau e uma Santo Antônio por ano, no horizonte de 2025 não teremos mais a hidroeletricidade. Teremos outras fontes com a transição termelétricas, gás natural, biomassa e uma das províncias nuclear.

Agora, é claro, eu ouvi falar em solar e eólica sob o ponto de vista de geração. Sob o ponto de vista de engenharia, e sou engenheiro eletricista, é muito fácil dizer: *“Não, substitui a geração eólica e solar pela geração hídrica, ou por qualquer outro tipo de geração.”* Isto é possível sim. Só tem um detalhe: tecnicamente falando, nós temos problemas sistêmicos; temos um limite de eólica e solar para colocar, a estabilidade elétrica. Estou puxando para o meu lado porque, na realidade, o que mantém essa frequência aqui são as grandes máquinas, não são as eólicas, nem a solar. Quando há um curto-circuito no sistema, é um freio. As grandes máquinas sustentam essa frequência. A eólica e a solar saem fora; elas abandonam o sistema. Quem mantém a frequência são as grandes máquinas.

Portanto, o sistema hidrotérmico permanecerá, existe uma complementação natural de fontes eólica e solar, é claro que elas vão entrar, mas elas têm um limite. Tecnicamente, não é possível. Você roda esses modelos hoje e percebe claramente, quando sai, por exemplo, o eixo norte-sul, algumas usinas hidrelétricas ficam, as demais... *(Inaudível.)*

(Intervenções simultâneas fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Então, só para não estender, na realidade, nós precisamos de máquinas de frequência, precisamos de inércia. Isso representa os grandes sistemas hidrelétricos.

Agora eu vejo que, ao final de 2025, é óbvio, não teremos isso economicamente viável nem ambientalmente possível. Aí teremos de partir para uma transição. Estamos discutindo isso. Não há outra solução que seja mágica. Esta é uma solução natural.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vou apenas esgotar as minhas perguntas.

Primeiro, quero dizer sinceramente que, mesmo sem metade dos seus conhecimentos técnicos muito maiores do que os meus nessa área, é lógico, mas eu acredito na criatividade humana, na ciência. Hoje, já se está pensando em baterias que vão acumular essa energia, para que não haja falta. Hoje, quem diria, a energia eólica está tão barata quanto a energia gerada por hidrelétricas e termelétricas em leilões, com as vantagens que todos sabemos que elas têm.

Eu acho que a tendência é que essa tecnologia avance cada vez mais. A energia solar já barateou bastante. Já temos condições hoje de... Hoje, já há questionamento das distribuidoras sobre a energia solar nas residências, porque elas estão perdendo rentabilidade, estão perdendo lucro. Se todas as casas a tiverem, quem pagará a transmissão?

Essas são questões realmente novas, mas elas têm de ser encaradas, mas não sob a perspectiva de uma visão do passado e sim sob uma perspectiva de uma visão do futuro. Acho que num ponto todos concordam. Estamos numa época de mudança e tudo o mais, mas vamos mudar considerando os erros que a civilização cometeu, mudar sabendo que a civilização não aguenta mais, que o planeta Terra não aguenta mais, ou mudar sem ter a responsabilidade com as gerações futuras. Esta é uma questão que se põe.

Mudando de assunto, mas ainda com perguntas relacionadas.

Relativamente às usinas-plataformas, sinceramente na hora em que foi feita a exposição sobre outros exemplos algo não ficou claro para mim. Não prestei atenção, porque estava anotando outras questões. Já existem exemplos no mundo sobre isso? (*Pausa.*)

Não existem. Então, não precisa nem passar. V.Sa. quer falar?

O SR. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Na realidade, quando o Presidente falou que a exploração de modo diferencial da Amazônia... Nós, engenheiros, estamos sendo... de forma criativa. Estamos tentando, ou melhor, estamos com a ideia de inserir a hidroeletricidade numa Unidade de Conservação em uma terra indígena de modo a preservá-la ainda mais.



Sabemos que as Unidades de Conservação são imensas, que não há controle, não há uma forma de controlá-las. Ao contrário, quando se tem uma hidrelétrica; à beira desse reservatório tem-se o controle de erosão, o controle de invasões, inclusive de invasões de território.

Então, o que está se imaginando, o que se está discutindo com a comunidade internacional é como inserir a usina num sistema, e isso foi bem-vindo. Quando se discute isso com a agência internacional, quando se diz que há uma iniciativa do Brasil, liderada pelo Brasil na Clean Energy Ministerial... Temos uma iniciativa chamada de “desenvolvimento sustentável da eletricidade em terceiros países”. Estamos discutindo com o México, Noruega, Estados Unidos-Agência e França. Como vamos fazer na África ou na América Central — não sabemos ainda — uma usina que sirva esse caminho? Estamos discutindo isso. Os países estão discutindo conosco a maneira de fazer uma usina hidroelétrica, respeitando todas as condicionantes ambientais e assim mesmo conseguindo gerar energia de forma a manter esse modelo. Ou seja, uma vez construída, com os recursos existentes e com o telecontrole, não precisa voltar lá nos próximos 30 anos. É o que acontece hoje. A Usina de Passo fundo é telecontrolada, a Usina de Machadinho é telecontrolada, a Usina de Areia é telecontrolada, a Usina de Segredo é telecontrolada. Não há ninguém lá dentro. Então, a ideia é levar essa hidroeletricidade dessa maneira nova que estamos defendendo com a chamada usina-plataforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Vamos ouvir os outros expositores, os quais também aproveitarão para fazer suas observações finais.

Vamos seguir a ordem da Mesa.

Tem a palavra a Sra. Alessandra Cardoso.

A SRA. ALESSANDRA CARDOSO - Na verdade, eu gostaria de continuar a pergunta sobre a questão da usina-plataforma para o Sr. Francisco.

O Brasil seria o primeiro exemplo e modelo e isso já valeria para as hidroelétricas do Complexo Tapajós.

Inclusive, há um vídeo do Ministério de Minas e Energia tentando explicar didaticamente essa ideia das usinas-plataforma, mas reforça algo — e foi um dado que o Sr. Francisco colocou: que isso seria não sei se somente para Tapajós, mas



para as outras hidroelétricas do complexo. Haveria entre 10 mil e 12 mil homens, ou 10 mil e 20 mil homens trabalhando no processo de construção delas. Se for isso, qual seria a cidade base onde se instalariam esses 10 mil, 12 mil ou mais homens e a quantos quilômetros de distância isso estaria do ponto de barramento? Como isso entraria, hoje, na discussão e no processo técnico de construção do EIA no IBAMA, que não conseguimos identificar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O último a falar será, por motivos óbvios, o Sr. Francisco Romário, para responder todas essas perguntas.

Nobre Procurador João Akira.

O SR. JOÃO AKIRA OMOTO - Bem, eu achei bastante interessante os questionamentos colocados pelo Deputado Sarney Filho, na medida em que eles nos permitem fazer algumas reflexões e avançar um pouco mais no aprofundamento dessa questão do modelo de desenvolvimento.

O representante do Ministério de Minas e Energia, Sr. Francisco Romário, nos disse que no horizonte de 2025 nós teremos esgotado nossa capacidade de geração hídrica. Nós estamos em 2012. Pelo que me consta, nós exploramos em torno de 40% a 50% do nosso potencial. Ou seja, a ideia do atual Governo é esgotar, em 13 anos, todo o nosso potencial, ou seja, dobrar o nosso parque de geração elétrica.

Isso nos parece ir contra tudo o que se construiu no âmbito do Direito Internacional e que diz respeito à preservação dos nossos bens ambientais para futuras gerações. Não é razoável, do ponto de vista de desenvolvimento sustentável, uma proposta como essa. Na verdade, me parece que o debate precisa se ampliar, e não é porque países de Primeiro Mundo esgotaram — acho que não são eles modelos a serem seguidos, até porque estão vivendo uma crise tremenda, o que demonstra que esse modelo econômico não é sustentável, nem do ponto de vista de si mesmo, nem do ponto de vista do crescimento, porque o crescimento, obviamente, tem limites — que devemos continuar nessa senda. Parece-me que é necessário, sim, diversificar essa matriz energética; é necessário, sim, incluir outras possibilidades de geração e, obviamente, resguardar um pouco desse potencial de geração de energia elétrica para as futuras gerações, até porque elas podem querer não utilizá-lo e ter outras possibilidades de geração de energias mais sustentáveis por decorrência de avanços tecnológicos.



Então, parece-me um pouco precipitado nós querermos avançar sobre o tema com tão pouco debate, como tem ocorrido.

Nesse sentido, parece-me que há um espaço amplo de debate em relação a outras fontes de energia, como a própria eficiência energética, que nós devemos considerar como uma fonte razoável de energia, e a “repotenciação” de usinas já existentes, que nos parece que vem sendo indicada dentro deste debate por inúmeros organismos da sociedade, mas, por outro lado, vem sendo desqualificada no processo de planejamento do setor elétrico, o que me parece não poder continuar acontecendo.

Há, também, a própria questão da geração distribuída, que passa a ser regulamentada a partir deste ano pela ANEEL e que me parece que precisaria ser de fato incentivada com financiamentos a juros baixos, enfim, e a possibilidade de o consumidor residencial passar a gerar a sua própria energia e colocar no mercado energia por ele produzida.

Há, ainda, a própria questão da substituição da indústria elétrica intensiva ou pelo menos a não-continuidade da sua expansão e a sua substituição por uma indústria mais limpa.

Então, nesse contexto, eu retomo aquilo que foi a conclusão da minha fala e que já foi objeto, inclusive, de uma colocação, em outra oportunidade, pelo próprio Dr. Francisco e pelo Secretário-Executivo, Zimmermann, no sentido de que é necessária a ampliação do debate e da definição de quais são os espaços possíveis para construir esse processo de participação democrática nas fases de tomada de decisão efetiva em relação à matriz energética.

O Ministério Público se coloca à disposição para fazer parte do processo de abertura desse debate e espera que ele não fique exclusivamente com países como Noruega e outros que o senhor mencionou, mas que ele venha para dentro do nosso País, para ser feito com as nossas comunidades, com a sociedade e com setores representativos dela.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado. Vamos passar a palavra ao Sr. Brent Millikan, para suas considerações finais.



O SR. BRENT MILLIKAN - Eu só queria, inicialmente, concordar com o João sobre a importância deste evento, deste debate que houve aqui, hoje. Eu acho que é algo que precisa ter sempre continuidade e aprofundamento.

Eu acho que realmente essa discussão sobre a medida provisória... É uma pena que esse debate não tenha ocorrido mais cedo. Ele precisava ter ocorrido no início do ano, e não no final de 2012, quando foi editada a medida provisória.

Farei alguns comentários pontuais. Sobre o estado dos planos de manejo, só uma observação bem pontual: o Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia, que contou com vultosos recursos do ARPA, um plano para sua elaboração, acabou sendo gravemente prejudicado pela redução da unidade de conservação, pela desafetação de um de seus principais atributos, as cachoeiras de São Luís do Tapajós, que são um grande atributo para turismo. Isso, fora os outros serviços, os outros atributos que são fundamentais para a população ribeirinha, a população indígena local.

Isso não foi discutido. Não houve nenhum estudo, antes de se tomar essa decisão de desafetar essas áreas, sobre isso, e, de fato, isso acabou comprometendo o atributo principal do Parque, o que, a meu ver, contradiz o que está no art. 225 da Constituição, que fala, primeiro, de a alteração dos limites só ser permitida por projeto de lei e, segundo, de ser vedada qualquer alteração que comprometa os atributos que justificaram a sua criação no início.

Então, eu acho que isso é uma questão fundamental que remete a essa questão de critérios e procedimentos para embasar qualquer proposta, qualquer discussão de alteração dos limites de unidades de conservação.

Eu fui coautor, com o pessoal do Grupo de Trabalho da Amazônia, o GTA, de uma publicação que saiu em 2008 sobre as unidades de conservação em áreas indígenas em Rondônia, chamada *O Fim da Floresta?* — com ponto de interrogação. Nessa publicação, a gente levantou justamente essa questão de critérios, de propostas, de decretos, de projetos de leis para a redução de unidades de conservação. Chegou-se ao extremo de haver grileiros que pleitearam junto a seus aliados políticos a exclusão de áreas que estavam ilegalmente ocupando. A mesma coisa ocorreu com madeireiros. Ou seja, chega-se a esse ponto. Até com a redução da FLONA Bom Futuro, em Rondônia, há pouco tempo, foi alguma coisa



parecida: por um lado, havia posseiros legítimos e havia uma questão social legítima que tinha que ser encarada. Mas também havia grandes grileiros, que foram beneficiados. E faltou essa discussão.

Às vezes se fala assim: "*Bom, se se discutir os procedimentos, vai-se criar o caminho das pedras que vai facilitar a redução das áreas*". Eu acho que não. É preciso criar uma espécie de triagem e critérios consistentes que resguardem de fato o interesse público, os direitos das minorias, como foi bem lembrado pelo Akira, e o respeito à legislação ambiental.

Eu sei que o ICMBio teve uma série de preocupações com o que aconteceu, como foi colocado pelo Marcelino, mas eu acho que o que faltou foi o ICMBio ter chamado a atenção para isso. De fato, antes de se falar em desafetação de unidade de conservação, precisa haver um processo, precisa haver esse tipo de estudo que foi assinalado aqui sobre as consequências, os riscos, inclusive para o cumprimento das funções das unidades de conservação e, sobretudo, como foi colocado pelo Antônio e por outras pessoas, é preciso haver consultas às populações locais. Elas precisavam ser ouvidas — e isso não aconteceu —, tanto as populações indígenas quanto as comunidades ribeirinhas, a exemplo de Pimental.

Então, foi colocada a questão das barragens, a questão dos impactos, do correto dimensionamento dos impactos, e eu só queria lembrar, mais uma vez, que só no nível do EIA, sobretudo depois de uma decisão política tomada, eu acho que não vamos conseguir fazer isso. E precisam ser aperfeiçoados os instrumentos de planejamento, a exemplo da Avaliação Ambiental Integrada e Estratégica, e, na realidade, precisa ser uma avaliação socioambiental, que considere as populações locais, seus meios de vida e tudo o mais.

E, nesse sentido, eu acho que se os impactos forem corretamente dimensionados e isso for colocado na conta, inclusive econômica, nós vamos ter melhores condições para dizer qual empreendimento, de fato, tem sentido, do ponto de vista econômico, e qual não. O que não se pode é jogar os problemas debaixo do tapete e não incorporar e considerar, efetivamente, esses impactos que hoje são externalizados.

Um dos impactos ambientais, uma das questões econômicas que eu acho que tem que ser considerada também é a vulnerabilidade da hidroeletricidade — que



hoje é em torno de 75% da matriz energética — às mudanças climáticas. E é bom lembrar que em 2001, entre outros problemas que houve, esse período de estiagem que aconteceu foi um dos fatores que levaram ao apagão. E, diversificando a matriz energética, eu acho que nós vamos ter mais resiliência, menos vulnerabilidade às mudanças climáticas, sem falar da questão dos riscos de rompimento de barragens com as mudanças climáticas, que é outro assunto gravíssimo que temos que levar em conta. E há projetos como Simplício, no Rio Paraíba do Sul, que são muito preocupantes nesse sentido.

Então, eu só termino registrando a minha satisfação com este evento e a esperança de que possamos, de fato, aprofundar este debate, a exemplo da questão das usinas-plataforma, algumas questões nós levantamos aqui. Eu acho que precisamos aprofundar esse diálogo, inclusive, antes de exportar esse modelo para outros países, por exemplo, da África e da América do Sul.

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem.

Passamos agora ao nosso representante do ICMBio, Marcelo Marcelino, para suas considerações finais.

O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

Bom, eu só vou iniciar de novo corrigindo o Brent, porque não são cachoeiras, são corredeiras, e elas não estavam dentro do parque; são da Amazônia, estavam no rio, e o rio não faz parte dos limites do parque. Mas é correto afirmar que a área de uso público, sim, foi drasticamente retirada da área do parque, e isso, de fato, sim, prejudicou o plano de manejo da unidade e terá que ser revista toda a finalidade da própria unidade de conservação, porque ela é um parque e depende de uma área de uso público. É correto isso.

Eu queria finalizar apenas insistindo num ponto que eu já frisei: o de que, embora nós tenhamos até proposto isso no EIA-RIMA de São Luiz-Tapajós, nessa avaliação mais sistêmica das unidades de conservação frente ao empreendimento, não concordamos que essa discussão se dê no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental. Ele não é para isso. O Estudo de Impacto Ambiental é para viabilizar o empreendimento. Esse estudo, essa discussão, se dá, como bem disse o Dr. Akira, numa etapa anterior à licença ambiental, ao processo de licença ambiental; ela se



dá na discussão de planejamento. Só que, para isso, precisamos ter estudos qualificados que deem sustentação a essa discussão, estudos que modelem cenários, e cenários que se baseiem na resiliência dos ambientes que vão ser afetados.

Nós acreditamos que estamos caminhando para isso. Já existem alguns ensaios nesse sentido, e acreditamos que 2013 e 2014 vão ser anos interessantes para este debate.

Era só o que eu queria colocar. Muito obrigado pela oportunidade e estou à disposição sempre para continuar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Por último, para encerrar a fase dos expositores, ouviremos o Sr. Francisco Romário, representante do Ministério de Minas e Energia.

O SR. FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI - Obrigado, Sr. Presidente.

Na realidade, eu vou ser rápido.

Esse conceito de usina-plataforma que nós estamos desenvolvendo é um conceito extremamente arrojado, vamos dizer assim, sob o ponto de vista da exploração de modo diferencial da Amazônia.

Eu participei da construção da usina de Passo Fundo. Como é que ela era construída, naquela época? Existia, a 14 quilômetros, uma vila-barragem, que não tinha nada. Foi construída uma vila-barragem, e a gente morava lá. E aí, viajava todos os dias 14 quilômetros até a usina e fazia as obras que tinha que fazer e voltava e dormia nessa cidade, ou nessa vila-barragem, que depois virou uma cidade e hoje já é um Município.

O que a gente pensa... E você disse entre 10 mil e 12 mil. Veja que Itaituba está a aproximadamente 40 ou 50 quilômetros e tem 93 mil habitantes. Por exemplo, em vez de criar uma cidade no meio do caminho, ou muito próximo, de alguma forma, como se faz — e é um momento de pico da obra... Quer dizer, como eu vou fazer algumas usinas no horizonte, eu vou ter justamente um pico de pessoas, e, uma vez que essas pessoas estiverem lá, há outros desafios, outras obras, outros empreendimentos.

Estamos falando de 12 mil em cima de 93 mil, algo em torno de 13% a 15%. Então, não há obra sem efetivamente colocar pessoas lá. A ideia que se fala é: as



peças trabalhariam lá, morariam lá por 21 dias, por exemplo, e a sua família estaria em Itaituba, por exemplo. Não estou aqui defendendo isso, mas é uma ideia que está sendo discutida.

Sobre a questão a que o procurador se refere, eu gostaria até de esclarecer. Eu gostaria de deixar claro isso, porque, na realidade, não foi o que tentei transmitir. Vou falar numericamente e acho que fica mais fácil. Dos 260 mil megawatts, nós já fizemos 90 mil. Sobram 170 mil megawatts. Dos 170 mil megawatts, nós imaginamos que vamos conseguir fazer 40 mil, 50 mil, o que é economicamente viável e ambientalmente possível. Os outros 130 mil megawatts não são possíveis neste momento. Pode ser que as gerações futuras tomem a decisão de fazer isso a qualquer preço. Mas, neste momento, nós não temos. Nós só podemos fazer 40 mil ou 50 mil megawatts. Nós não vamos explorar o restante disso no período. Eu falei o seguinte: 40 mil a 50 mil megawatts, economicamente viável e ambientalmente possível.

Veja que, de 2012 até 2025, nós estamos falando em 13 anos. Se eu estou crescendo em 3 mil, eu já os esgotei dentro do prazo. Então, é o que eu posso fazer, e não os 100% que eu tenho inventariado. É diferente. Então, nós estamos imaginando fazer entre 40 mil e 50 mil megawatts.

Na questão de "repotenciação", é claro que as máquinas das décadas de 30, 40, 50 e 60 podem ser revitalizadas, modernizadas, "repotenciadas" ou então passar por um banho de loja. Para isso, eu tenho que tirá-las de operação por 2, 3 ou 4 anos — é essa geração que está aí, alimentando. Eu tenho que sacar fora essa máquina. Isso tem um custo, isso tem uma forma. Ou seja, isso tem que ser...

Na Medida Provisória nº 579 está previsto um espaço em que se pode fazer isso. Só que eu vou tirar uma máquina dessas por 2, 3 anos. Eu vou ter que fazer uma máquina nova: vou ter que mexer na turbina, no gerador, na excitatriz. Vou ter que mexer em tudo! É uma usina nova!

Então, é possível pensar nisso? É! Mas tem esse custo, que nós chamamos, basicamente, de eficiência energética.

Isso nós perseguimos continuamente. A eficiência energética é o que se quer efetivamente. Desde a economia e o desperdício, até a própria eficiência energética de iluminação, aquecimento, ar condicionado. A começar pelos prédios, que fazem



muito bonito para a sociedade os enxergar e, lá dentro, consomem 5 vezes mais do que efetivamente poderiam gastar. Nós olhamos os prédios iluminados, muito bonitos, espelhados, excelentes, mas, sob o ponto de vista térmico, são um caos. Eu tenho que gerar...

Isso também tem que ser observado, porque são construções que devem ser feitas dentro dos padrões de eficiência energética. Isso parte do poder público estadual ou municipal. Nós olhamos e dizemos: *“Que prédio maravilhoso!”* Vamos lá ver, qual é o consumo dele? Está lá nas nuvens.

Quanto aos impactos, eu entendo que nós temos que ter bastantes estudos e informações. Não dá para tomarmos nenhuma decisão, se não estudarmos e não tivermos informação.

O caso de Tapajós é clássico. Nós temos que estudar cada vez mais para, primeiro, conhecer o que está acontecendo lá dentro para poder ter informação e poder discutir. Não dá para sentar a uma mesa e discutir sem informação: *“Acho que é isso. Acho que é aquilo. Acho que é aquele outro.”* Não, não acho nada. Passa o tal peixe, o peixe não sobe, a corredeira não permite... Essas coisas têm que ser discutidas de forma que os estudos deem a base técnica.

Por fim, eu entendo que a modicidade tarifária hoje ainda nos permite fazer... A hidroeletricidade ainda é o carro-chefe. É só vermos o leilão e percebemos que efetivamente a hidroeletricidade ainda é competitiva. Mas, na medida em que o tempo passa e as dificuldades ambientais aumentam, o preço cresce.

Só para finalizar, Presidente, sobre a questão da energia eólica, eu sou favorável. Acho fantástico, acho maravilhoso. Só que ela gera na hora em que ela quer, e o nosso consumo não é na hora em que ela quer. Às vezes, não há essa coincidência. Nos vales, alguém tem que fornecer essa energia. Esse alguém são as que dão a base, que são a energia térmica ou, ainda, hoje, a hidroeletricidade. Mas eu sou fã dela e acho que tem que ser explorada ainda mais. O meu Estado, Rio Grande do Sul, tem um belo potencial. Estamos colocando 600 megawatts em Santa Vitória do Palmar — não é na minha terra, mas é em Santa Vitória do Palmar, lá embaixo.



Então, a gente entende, tanto na parte de Livramento quanto na parte de Santa Vitória, que é um aspecto importante, interessante e tem que crescer. Há um limite, como eu falei, mas estamos longe do limite ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Vamos caminhar para o fim da nossa audiência pública.

Como já falei, está aí o Deputado Jordy, aqui presente. Deputado Jordy, deseja usar da palavra antes de encerrar? Não.

Aqui também já estiveram o Deputado Penna, o Deputado Antonio Bulhões, o Deputado Márcio Macêdo, o Deputado Paulo Cesar Quartiero, o Deputado Augusto Carvalho e o Deputado Leonardo Monteiro.

Vamos propor um grupo de trabalho ou uma Comissão interna, uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, também nos moldes da proposta feita pelo Deputado Arnaldo Jordy para transgênicos, e vamos constituir essa Comissão para fazer um acompanhamento, tentar fazer essa intermediação e tentar colocar o Congresso também como um ator dentro desse processo tão importante para o nosso desenvolvimento sustentável.

O nosso companheiro Brent ainda tem dez exemplares da segunda edição de *O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21 — Oportunidades e Desafios*. Aqueles que se interessarem podem recorrer a ele. O Deputado Jordy já está pedindo ali.

Antes de encerrar, gostaria de lembrar que amanhã, quarta-feira, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizará reunião deliberativa ordinária, às 10h, e, às 11h, audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, para discutir o tema *Incentivos à Indústria de Reciclagem*.

O requerimento de realização dessa audiência pública foi apresentado pelo Deputado Penna, que esteve aqui há pouco tempo.

As apresentações feitas aqui, hoje, estarão ao dispor dos interessados a partir de amanhã, na página da Comissão de Meio Ambiente da Internet, no *link* "Audiências Públicas".

Agradeço a presença de todos.



Quero cumprimentar todos os expositores. Foi importante termos aqui pontos de vista diferentes. Nós aprendemos, tivemos oportunidade de verificar o grau de seriedade e também de importância que esse tema tem para todos nós.

Desejo a todos uma boa tarde e, mais uma vez, agradeço a presença honrosa na nossa audiência pública.

Está encerrada a nossa reunião.